

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

DUTRA, Olivio. Olivio Dutra (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 38min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Olivio Dutra
(depoimento, 2007)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Marieta de Moraes Ferreira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Marieta de Moraes Ferreira;

Técnico de gravação: Daniele Cavaliere Brando;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 08/03/2007

Duração: 3h 38min

Arquivo digital - áudio: 2; Minidisc: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: Assuntos familiares; Assuntos pessoais; Atividade profissional; Banco Nacional de Habitação; Central Única dos Trabalhadores; Eleições; Exílio; Fernando Henrique Cardoso; Formação acadêmica; Formação escolar; Fórum Social Mundial ; Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo); Getúlio Vargas; Golpe de 1964; Igreja Católica; José Paulo Bisol; Leonel Brizola; Luiz Inácio Lula da Silva; Militância política; Movimento sindical; Olívio Dutra; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; Partido dos Trabalhadores - PT; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; Política sindical; Rio Grande do Sul; Sindicatos de trabalhadores; Tarso Genro; Trajetória política; União Nacional dos Estudantes; Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Sumário

Entrevista: 08/03/2007 O nascimento e infância em Bossoroca, Rio Grande do Sul; comentários sobre a origem familiar; a mudança para a cidade de São Luiz Gonzaga; os primeiros estudos do entrevistado e dos seus irmãos; os estudos no ginásio Santo Antonio de Pádua; a decisão do irmão mais velho em sair de casa, aos 17 anos, em busca de emprego; menção prisão do irmão no congresso da UNE de 1968, em Ibiúna; o trabalho, do entrevistado, no jornal A Notícia, sem carteira assinada; a mudança para Porto Alegre, também aos 17 anos; menção à atuação na União São-Luisense de Estudantes; comentários sobre o serviço militar, o qual o entrevistado serviu na cavalaria, terminando o período de serviço obrigatório como cabo do Exército; o trabalho como contínuo no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e, posteriormente como escriturário, após retornar para São Luiz Gonzaga; o curso de técnico de contabilidade; a atuação em movimentos católicos, como “vicentino” e na Campanha Nacional do Educandários Gratuitos; a relação da família com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); a prisão do tio do entrevistado, por colocar cartazes com críticas ao Getúlio Vargas, em 1954, e a descoberta de que ele era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB); a mudança e afastamento do tio, depois de ser solto e seu reencontro com o entrevistado, quando este é preso, em 1979; a participação do pai nos comícios do PTB; o Golpe Militar e a percepção da família do entrevistado em relação à este; a militância na escola comunitária e a briga com o prefeito de São Luiz Gonzaga, resultando na transferência do entrevistado para Porto Alegre; a participação em uma greve do bancários, em 1962, que terminou abruptamente; a ida para Porto Alegre, em 1970, e as discussões políticas com a família e com o advogado do Movimento dos Agricultores sem Terra (Máster), Flávio José Bettanin; o trabalho em Porto Alegre, próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre; menção a ter assistido ao assalto da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e a torcida favorável pelos membros da organização; a busca por habitação em Porto Alegre e a residência em um edifício ligado ao Banco Nacional de Habitação (BNH); comentários sobre o fechamento das cooperativas durante a ditadura militar; menção à Cooperativa Habitacional dos Operários Bancários, à qual o entrevistado foi integrado; a entrada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a formação em língua e literatura portuguesa e inglesa; as reuniões, na casa do entrevistado, de militantes contrários à ditadura militar, ligados ao Frei Carlos Alberto

Libânio Christo (Frei Betto); a produção de materiais com denúncia à prisão de dois bancários, e a conversa com o presidente do sindicato, Luis Carlos Mahuzy Cunha; a entrada na direção do sindicato, como quarto suplente, e, posteriormente, como Secretário de Divulgação do Sindicato; a eleição do entrevistado, em 1975, para presidente do Sindicato dos Bancários; a descoberta, de que a greve de 1962, havia terminado por causa da indicação do bancário Egídio Michaelsen à sucessão de Brizola no governo do Rio Grande do Sul; a atuação do entrevistado como presidente do Sindicato dos Bancários; a percepção das divergências dentro da esquerda e do comunismo; algumas influências de livros e pessoas na vida do entrevistado; a auto-percepção do entrevistado como um marxista-cristão; a atuação na Intersindical, onde o entrevistado se aproximou do, então presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula); a criação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos); menção à origem da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à cisão que deu origem à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT); o desenvolvimento da idéia da criação de um partido político, a partir de debates entre exilados que retornavam e sindicalistas; a atuação do entrevistado na Comissão pró-PT; comentários sobre uma reunião de membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na qual o entrevistado estava presente, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, quando este criticou a criação do PT, defendendo a criação de um “Partido Popular”; comentários sobre a greve dos bancários de 1979, na qual as principais lideranças sindicais dos bancários foram presas, entre elas, o entrevistado; os primeiros contatos do entrevistado e dos operários do ABC, com Leonel Brizola, após seu retorno do exílio; a experiência do entrevistado e do PT como um todo, nas campanhas eleitorais de 1982; a importância de se refletir sobre a fundação do PT, com base nos movimentos sociais, para a atuação em seus mandatos; a atuação como deputado constituinte, junto à Jose Paulo Bisol, tendo Tarso Genro como primeiro suplente; a atuação na CUT, como secretário de ciência e tecnologia; os cargos ocupados internamente no PT; a campanha e eleição do entrevistado como Prefeito de Porto Alegre, em 1988; a experiência como prefeito de Porto Alegre e a implantação do Orçamento Participativo; menção às três primeiras edições do Fórum Social Mundial realizadas em Porto Alegre; a implementação do Orçamento Participativo no âmbito estadual, durante o governo do entrevistado no Rio Grande do Sul; a questão das tendências internas no PT, e como o entrevistado lida com

elas; a disputa interna entre o entrevistado e Tarso Genro para disputar o governo do Rio Grande do Sul, em 2002; a atuação do entrevistado enquanto Ministro da Cidade, entre 2003 e 2005; a eleições de 2006, ao governo do RS nas quais o entrevistado é derrotado no segundo turno pela candidata do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Yeda Crusius; a importância do PT e dos movimentos sociais na transformação do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Entrevista: 08/03/2007

M.M. – Antes de você chegar, Alexandre, eu dei para ele uma explicação sobre o projeto, ele já tinha recebido também aquela comunicação escrita sua. Apresentei um pouco o tipo de trabalho que nós estamos fazendo e essa parceria entre o CPDOC e a Fundação Getulio Vargas? (Perseu Abramo). Ministro, o senhor teve várias posições na vida, é difícil até de definir. Sindicalista, deputado federal, prefeito, governador, ministro. Mas nós vamos começar lá atrás, com suas origens familiares, porque essa entrevista tem também esse objetivo de recuperar a trajetória de vida dos nossos depoentes. Então nós queríamos que o senhor falasse para nós sobre as suas origens familiares, sua formação, seus estudos iniciais. Esse período inicial da sua vida.

O.D. – *Muy bueno*. Eu nasci no dia 10 de julho de 1941, numa localidade chamada Rincão Feio, no interior do terceiro distrito de São Luís Gonzaga, na região das Missões, no Rio Grande do Sul, a 540 quilômetros a oeste de Porto Alegre, próximo da Argentina, localidade essa chamada Bossoroca, (com dois esse) hoje, um município autônomo já, há mais de trinta e tantos anos. Eu sempre me orgulho de dizer que sou natural da Boçoroca; mas na verdade eu nasci ali e me criei em São Luís Gonzaga, que era então o município-mãe. Meu pai, Cassiano Xavier Dutra e a minha mãe, Amélia de Oliveira Dutra, ambos eram filhos de agricultores sem terra, agregados. O bisavô dele tinha sido escravo. Ela, de formação mais crioula, indiática, portuguesa e... Bueno. Eu fui o segundo filho. O meu irmão mais velho, o Antonio de Oliveira Dutra, tinha um ano e pouco quando eu nasci. E a profissão do meu então, naquelas paragens lá no interior do interior do Rio Grande, era aramador. Aramador é aquele que faz as cercas, delimitando as fazendas. E ele, que tinha habilidade manual não só para trabalhar com os esteios, as trama para as mangueiras, os palanques de caramé enfim, ele também construía galpões, casas, tudo de madeira, e também os móveis rústicos para dentro das casas que ele construía. Era uma profissão, da qual ele ganhava a vida já como solteiro e depois quando casou com a minha mãe. Segundo a minha mãe, ele tinha dele um cavalo bem encilhado, uma pincha, que é a vestimenta: bota, bombacha, uma camiseta, um colete, um chapéu, lenço – e uma gaita, que ele também se entertia nos finais de semana, no canto dos rancho onde morava, tocando gaita para os amigos e para a família, que também tocava

violão. Aliás, isso é muito comum nas Missões. Bueno. Mas muito trabalhador, então ele casou e ficou morando no fundo do campo, perto do meu sogro, Salustiano do Amaral (Bez), que era meu... o sogro dele, meu avô materno, chefe de uma família de onze filhos. O meu avô Salustiano não podia dar estudo primário para as mulheres, as filhas mulheres, apenas os filhos homens, os meus tios, é que foram à escola primária; que era longe da localidade; tinha que ir a cavalo e passar banhado, passar mato e coisa que valha. Claro que meu avô justificada dizendo que as mulheres não precisavam saber ler, porque iam casar e se resolver as coisas; não precisavam saber as quatro operações e nem... E minha mãe até dizia: olha, ele dizia, até nem precisa, porque vão escrever bilhete para namorado e não precisa. Namorado, eles vêm aqui, a gente casa essas gurias bem. Mas as condições econômicas e sociais é que, na verdade, impediam que ele pudesse dar os estudos primários para as filhas mulheres que ficam em casa trabalhando com a mãe e os guris iam servir de peão nas fazenda ou lidar com as lavouras que o velho meu avô plantava, de três parte uma, e às vezes de a meia, com o dono da terra. Então eram campeiros. Oleiro também, o meu avô. Fazia tijolos, as telhas, a famosa telha feita nas coxa, não é, que tinha uma forma, o barro era colocado ali, depois, era dobrado na coxa do oleiro, para depois ir para o forno. Então gente assim, trabalhadora mas sem propriedades, sem bens, a não ser a força do braço, a dedicação, a respeitabilidade, a honradez, essas coisas todas. Então o meu avô, dizia a minha mãe, jamais deixou que as gurias fossem servir os patrão lá na fazenda; quem ia servir os patrão na fazenda eram os guris, que iam lá na época da marcação ou fazer o serviço que era para fazer e trazer o dinheiro para casa, garantir que os cavalos deles pudessem pastar no campo do fazendeiro. Claro, tinham galinha, porcos, vaca de leite, essas coisas. Compravam de fora só sal, açúcar e a erva-mate para o chimarrão; o resto era tudo ali. Bueno. Mas saí com... A família crescendo, eu já o segundo filho homem, ele não tinha mais condições, as fazendas já estavam também delimitadas, as cercas, o fazer cerca diminuía, os móveis também, então ele tratou de se mandar para cidade maior, que era São Luís Gonzaga; nem foi para a localidade chamada Bossoroca. Ele saiu do interior da Bossoroca para São Luis Gonzaga, numa carreta puxada a junta de bois, com uma vaca atada ali, e os dois guri, o meu irmão mais velho com um ano e pouco e eu, nos cueiros como se diz. Bueno. Foi uma jornada de uns dez, quinze dias. E lá em São Luís, ele já tinha ido a cavalo lá, tinha visto, comprado um terreninho na periferia de São Luís Gonzaga. Mas já com um rancho ali em cima, de madeira, chão batido, coberto de.. nós chamamos de capim-limão, era na verdade um sapé. E isto, sem luz, sem luz

elétrica. A luz elétrica lá em casa chegou quando eu tinha vinte e sete anos de idade, nesse local aí. Então meu pai, naquela cidade, passou a ser carpinteiro. E nessa profissão ele criou cinco filhos. Eu sou o segundo. Tem duas irmãs e mais um filho homem. Meu pai faleceu quando completava 89 anos de idade. No dia do aniversário, 89 anos. Era o tempo em que as pessoas parece que tinham dia e hora para nascer e para morrer. A minha mãe está viva ainda, está com 85 anos de idade. Tem uma memória muito rica, e eu gosto muito de ir lá em São Luís Gonzaga, onde ela mora, e ficar puxando conversa e puxando a memória dela. E ela era analfabeta; mas quando nós chegamos na cidade, os guris foram crescendo, eles diziam: vocês têm que estudar e têm que ir para o colégio. Era o Colégio Senador Pinheiro, o primeiro grau. Não tinha escola de segundo grau em São Luís, no nosso tempo. E vocês têm que estudar, saber ler, escrever, fazer as contas, para não ser igual aos pais de vocês. Mas o meu pai, Cassiano Xavier Dutra, sabia as quatro operações, calculava com agilidade de raciocínio, tinha uma caligrafia... Eles escreviam no tempo da lousa, não é. Bueno. E fazia nós comprar livrinho e coisa numa tipografia, numa livraria que tinha no centro da cidade, dos Grisoles, que ainda existe, têm o jornal *A Notícia*, e fazia nós lermos em voz alta para ela as histórias daquele livrinho. E eu lembro bem que eu li o Érico Veríssimo, os primeiros capítulos do *Tempo e o Vento*, em voz alta para minha mãe, e aquilo foi muito interessante, porque eu estava gostando do que estava lendo e ela também, e se sentia meio que personagem. E a minha mãe hoje sabe ler e é leitora de jornal, por conta dessa forma de... Bueno. Essas são as minhas origens. Em São Luís Gonzaga então, meu pai conseguiu dar estudo para nós só no primeiro grau, no Colégio Senador Pinheiro. Senador Pinheiro é uma figura que todo mundo conhece na história do Brasil e era figurão ali naquela região das Missões.

M.M. – Era o Pinheiro Machado.

O.D. – Pinheiro Machado.

M.M. – Político da República Velha.

O.D. – Isto. É, da República Velha. Mas era esteio da Primeira República e era chefe político poderoso, sustentou o Borges de Medeiros nos primeiros anos de governo. Era de origem castilhistas. E ali naquela região, as Missões era o território dele. Mas ele, na verdade, é natural de Cruz Alta. Se bem que a família era paulista. Mas ocorre então que estudamos no Colégio Senador Pinheiro Machado. E depois, o próximo passo era o ginásio. Tinha o

ginásio dos padres lá em São Luís Gonzaga. Padres franciscanos menos conventuais, americanos. Uma coisa raríssima essa ordem religiosa americana. Católicos. Tinha duas unidades no Brasil. Uma era no interior, se não me engano, em Mato Grosso e outra lá no Rio Grande, nas Missões, em São Luís Gonzaga. Um ginásio. E, claro, era particular, o meu pai então trabalhou para os padres na oficina, na carpintaria do colégio, nas folgas –, que ele fazia alguns contratos para fazer casinhas na cidade, pequenas empreitadas –, nas folgas, ele prestava serviços para o padre lá, para garantir que os filhos pudessem estudar. Os padres, claro, viram aqueles dois guris, filhos de pobre, do Cassiano, que era um carpinteiro, e trataram de... Bueno, e nós, muito disciplinados, dedicados, porque o pai mandava: olha, vocês têm que trabalhar comigo sim, mas depois de vocês cumprirem os deveres lá da sala de aula e de em casa, tal. Bueno. Então, fizemos bem aquele colégio. Eu aprendi inglês, com fluência até, porque fiquei semi-interno. Os padres chegavam lá sem saber uma palavra de português, e a gurizada ia para o centro da cidade fazia brincadeira com os padres, dizendo nome feio, porque eles não sabiam ainda o português. E por conta disso... nossa formação se deu ali no ginásio. Depois do ginásio, não tinha a escola pública mais, e nem condições de... digamos, não tinha perspectiva de trabalho, a não ser ir trabalhar lá para o chão do meu pai ou com ele. Enfim, não dava. O meu irmão então saiu mais cedo de casa. Nem tinha prestado o serviço militar. Eu me lembro que a minha mãe ficou desesperada, com o filho homem, o mais velho, saísse, ela sem saber para onde iria, se para Porto Alegre, se ia ter emprego, para achar trabalho e tal. E ele se mandou e foi. Esse meu irmão, hoje, ele é economista. Mora aqui em São Paulo inclusive, em Perdizes. Quando eu venho a São Paulo, até, vim agora, passei lá na casa dele. O meu irmão, o Antonio, também foi preso no último congresso de Ibiúna, aquele da UNE. Ele estava lá, na delegação carioca, ele foi preso e encaminhado para cá. Mas a minha mãe nem sabia disso nem nada. Era um tempo que a gente se correspondia, escrevia muita carta, a gente escrevia, escrevia para o meu pai, para minha mãe; às vezes, eu vou lá em casa e organizo as coisas da minha mãe, e vejo que houve um tempo que a gente se correspondia bastante, não é, a família e tal; por conta de que não tinha o telefone, não tinha essas coisas de Internet. Mas aí... E eu fiquei em casa ainda mais um tempo, trabalhando lá com os padres, cuidando para eles lá, o semi-internato deles, até chegar um ponto em que dizia: bueno, mas isso não vai dar. Tenho que me virar. Tinha uma escola técnica de comércio, fiz aquela escola técnica de comércio...

M.M. – Ainda lá em São Luís Gonzaga.

O.D. – Isso. Aí fui trabalhar numa tipografia em São Luis, que era desse jornal *A Notícia*, primeiro entregando esse jornal para os assinantes, e trabalhando na tipografia montando matérias e tal.

A. F. – Isso é com que idade?

O.D. – Isso entre quatorze, quinze, dezesseis.

M.M. – Depois de terminar o ginásio.

O.D. – Depois de terminar o ginásio. Então eu fui jornalista, fui tipógrafo, gráfico ali, sem carteira assinada, mas o meu pai ficava satisfeítíssimo que o dono lá da gráfica, o José Grisoles, tivesse o filho dele trabalhando ali. Bueno. Mas não dava assim; e eu fui para Porto Alegre em 59, portanto tinha dezoito anos, eu não tinha prestado serviço militar ainda, a primeira vez e única vez, fui para Porto Alegre, de trem, com o dinheirinho que deu para os... Eu dizia: olha, pai e mãe, eu vou para lá agora, meu irmão está para lá, vamos ver se a gente encontra emprego lá.

M.M. – Antes do senhor ir para Porto Alegre, só uma observação que eu tenho aqui, para ver se confirma. O senhor teve alguma militância política secundária em São Luís Gonzaga? Parece que havia uma união estudantil, um grêmio estudantil que o senhor tomou parte.

O.D. – Tinha. É verdade. E nessa época, já com dezessete ou dezoito anos ou perto disso. Era uma União São Luisense de Estudantes. Que era, na verdade, um espaço de recreio para os rapazes e moças das famílias abonadas de São Luís, que nas férias, porque eles podiam ir para colégio pagos em Cruz Alta, Passo Fundo, Santa Maria, Porto Alegre, e nas férias de junho e de verão, eles iam para São Luís e aquela entidade era para promover bailes, festinhas deles. E nós, a gurizada que não tinha acesso a essa possibilidade fora de São Luís, começamos a perceber que a União São Luisense de Estudantes não podia ser só para isso, tinha que discutir o problema, por que é que não tinha escola de segundo grau de qualidade, pública, em São Luís Gonzaga, para nós, para os filhos das famílias mais modestas. E entramos, formamos uma chapa de oposição [ri] a essa direção, na época, e ganhamos. E eu fui eleito presidente. Fiquei lá até um tempo, em que pude, porque depois tinha a questão de trabalhar mesmo. Então tive essa militância. Mas tive também depois. Porque depois... Eu fui a Porto Alegre e voltei, porque, em Porto Alegre, não encontrei emprego. Quando eu fiz o

teste para trabalhar numa empresa têxtil na Voluntário da Pátria, na hora de me pedirem os documentos, todos os documentos estavam ali menos um, que era ou a carteira de reservista ou a carteira de terceira como se diz, comprovando o serviço militar ou a liberação dele. Eu não tinha, porque não tinha prestado o serviço militar, e então... e escasseou o dinheiro. Então, peguei de novo o trem, um de segunda, e voltei para São Luis; meio acachapado tal, coitado da minha mãe, do meu pai... agora eu tinha que chegar lá... Mas tratei de me virar e trabalhar lá. Até chegar um... Fiquei uns meses trabalhando de novo com os padres. E até chegar a me apresentar para o Exército. Prestei o serviço militar então, no então chamado Terceiro Regimento Dragões do Rio Grande. Cavalaria. Ali fui reservista. Portanto, sou reservista de primeira categoria, me orgulho disso, na cavalaria. Nós fazíamos as chamadas marchas, que era sair às cinco horas da manhã de São Luís e chegar às seis horas da tarde lá na Coudelaria do Rincão, perto de São Borja, para grandes manobras da cavalaria, da infantaria, da artilharia ali da Terceira Região. Bueno. Cheguei a ser cabo no Exército. Quase que segui a carreira militar. Porque... pô, era a grande saída. Bah! Minha mãe ficou exultante. Não passei num cursinho que o próprio comandante do meu pelotão, capitão Fábrica, sugeriu que eu fizesse lá em Santa Maria. Fui, também não passei. Não passei. Então, cumpri meu tempo, saí como cabo do Exército. E aí, de novo, a questão do trabalho. Mas aí nós entramos numa luta outra, uma luta política, mais tarde. Porque aí eu entrei... Em 1961, eu tinha vinte anos já, aí eu fiz concurso para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, tinha uma agência lá...

M.M. – Ainda em São Luís Gonzaga.

O.D. – Em São Luís Gonzaga. E tinha vaga para um contínuo. Na época, contínuo era o trabalhador do banco que fazia serviço de rua, entregando duplicatas, pegando o aceite, dando o aviso, informando o cliente, essas coisas, e percorrendo a cidade. E eu como conhecia a cidade como a palma da minha mão porque tinha sido entregador de jornal, então, fiquei ali de serviço, sabia o endereço de cor das pessoas. Depois, chegou o telefone. O telefone era...quando chegou, tinha cento e cinquenta pessoas que tinha telefone. E eu sabia de cor. Bom. Aí fui então, por três anos, contínuo do Banco do Estado do Rio Grande. Por concurso. Passei. Tinha dezenove jovens da minha idade na condição, também precisando daquele emprego. Mas depois fiz concurso interno e passei para escriturário do banco. Foi o meu primeiro e único, até hoje, emprego com carteira assinada. Eu me aposentei no banco,

depois, já em Porto Alegre, em 1996. Bom. Estou em São Luís então, ainda, e nessa condição. Como eu tinha, junto com outros jovens, aproveitado bem aquela situação dos padres americanos e o inglês e sabia, inclusive, era fluente em inglês, nós entramos num movimento, os jovens lá, para ter uma escola... E aí já era periferia de um movimento da igreja católica. E, lá em São Luís, eu era vicentino. Vicentino é uma espécie de congregação. Na verdade, eu era um jovem, e os demais integrantes da congregação dos vicentinos eram as pessoas mais idosas ali da cidade, e eu era o filho do carpinteiro, um cara tal, então acabava sendo eu o tarefeiro ali, dos vicentinos, para fazer as campanhas, para ir nas comunidades e tal. E porque também o pessoal conhecia a minha família, a minha mãe, as pessoas modestas, humildes e pobres, os parentes. E então entrei nessa luta, junto com outros jovens, de criar uma escola da comunidade. Era uma campanha... Era o Tiago Gomes, se não me engano, o líder nacional da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Hoje é Campanha Nacional de Educandários da Comunidade. Então nós tratamos...

M.M. – Isso era de caráter religioso.

O.D. – De caráter... Não. Mas era, na verdade, de um movimento de influência da base da igreja católica, um movimento da... digamos da organização de base de uma área da igreja católica, não necessariamente da cúpula, que eu nem conhecia.

M.M. – Uma coisa que eu queria lhe perguntar. Nesse momento, 1960, 61, é um momento de imensa agitação política no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Brizola é governador, em 61 a gente tem a cadeia da legalidade na luta pela posse do João Goulart na presidência da República, o Rio Grande do Sul é um viveiro de grandes lideranças políticas, o trabalhismo é uma coisa importantíssima, com Jango, Getúlio, Pasqualini, enfim, todas essas figuras de grande destaque na história política brasileira. Como é que o senhor se colocava nesse cenário? O senhor tinha alguma simpatia pelo PTB, tinha alguma simpatia pelo Brizola?

O.D. – Deixa eu puxar da memória. Veja. O meu pai foi para a periferia, numa cidade pequena, e era pobre, trabalhador e tal, e era, portanto, periferia do PTB. Ele era trabalhista.

M.M. – Ah! ele era trabalhista.

O.D. – Claro. Minha mãe, inclusive, era trabalhista. Alguns parentes tinham o lenço vermelho, que significava que eram libertadores, não eram... tal. Bom. Mas isso era o

esquema já do... A maioria, a base e o povo que morava naquela região da cidade onde era a nossa casa, como é até hoje, que, como eu disse, a luz só chegou lá quando eu tinha vinte e sete anos, a gente ouvia era rádio. Era rádio de bateria, que a gente ia colocar uma bateria, ia lá na oficina carregar para ouvir o rádio e ouvia a Mayrink Veiga. Eu me lembro de ouvir. O meu pai ligava, para ouvir os discursos de Getúlio, não é, de primeiro de maio, me lembro bem, que era aqui no Rio de Janeiro, na Central do Brasil, que o Getúlio começava dizendo “Trabalhadores do Brasil. Hoje, estais no governo. Amanhã sereis governo”. E o meu pai refletia sobre aquilo. “Hoje, estais no governo. Amanhã sereis governo”. Tinha um tio meu, irmão da minha mãe, o irmão mais velho dela, que era gaioteiro. Essa é uma profissão que não existe mais. Mas ele morava do outro lado da rua, naquela periferia, ele tinha uma gaiota, que é um pequeno veículo com duas rodas puxado por um cavalo, e ele prestava o serviço para um grande armazém que tinha lá no centro, entregando a compra que as pessoas faziam. Ele ia naquela gaiota entregar. Era a profissão dele, do meu tio, irmão mais velho da minha mãe. E esse meu tio dizia: “Cassiano, Amélia, essa conversa política, eu desconfio.” Ele dizia. “E a gente... Eu, claro, voto no Getúlio, temos que votar e tal, mas... não é bem assim.” Eu sentia que tinha, com a minha mãe, umas discussões. A minha mãe era sempre... puxava para a política, e o meu tio, quando se encontravam, o meu tio não aceitava, como o meu pai e a minha mãe aceitavam, as coisas do trabalhismo. Bueno. O meu tio, em 54, antes da morte do Getúlio, no início do ano de 54, foi preso, em São Luís Gonzaga, numa madrugada. Bom. Morava na frente da casa, quem é que ia dar água para o cavalinho dele, que tinha que ir lá embaixo num riacho? Eram os guris, nós ali, dar comida, dar ração. E quem é que ia alimentar a família dele? Preso. Minha mãe diz: “Meu irmão não é ladrão, não é criminoso, e está preso?” Ele estava preso, incomunicável, na cadeia da cidade. E a cadeia da cidade tinha gente que era grande contrabandista, ali era uma região de muito contrabando e de falsificador de dinheiro, gente que pagava advogado caríssimo; e meu tio, preso, quem é que ia tirá-lo da cadeia?

M.M. – E foi preso por quê?

O.D. – É isso que é a coisa. [ri] O meu tio foi preso porque estava colocando cartazes de crítica ao Getúlio, que o PC, na época, tinha críticas; então, aí se verificou que meu tio era ligado ao PC, a uma pequena célula que tinha do PC, imagina, lá em São Luís Gonzaga. E o meu tio, certamente... O pessoal do PC, que era pessoal mais do centro da cidade, com mais

leitura; mas o meu tio, muito impulsivo e muito... Bom, o meu tio foi preso, sabe por quem? Pelo promotor da cidade. O promotor da cidade, no clube da cidade, ficava lá, jogando carta até madrugada, o promotor saiu, num carteio de madrugada, encontra o meu tio de pincel na mão, num dos postes do canto da praça... Que só tinha uma única praça. E em cada canto da praça tinha um poste, com uma luz ali e um que nós chamávamos... um alto-falante, uma voz alegre, que nós dávamos o nome, que era um som, que... de lado do cinema, davam aviso, para toda a cidade ouvir o que aconteceu, chamavam para as festas, e o povo às vezes se reunia em torno daqueles postes ali; então, o poste era uma referência para colocar cartazes e coisa que valha. E a tarefa do meu tio foi colocar um cartaz desse de crítica às políticas do Getúlio naquele momento. Era o PC e o PC era ilegal. Bueno. Foi preso pelo promotor, imagina, direto, foi direto para a cadeia, ali, no flagrante. Aí a minha mãe se perguntava, “mas por quê?” Então foi, depois...

M.M. – Foi evidenciado que ele era militante comunista.

O.D. – É. Aí que ela foi saber. “Bom. Se ele é comunista, eu também sou. Porque ele não é bandido. Ele não é ladrão. Bueno. Então eu sou comunista.” [ri] Aí, de repente, aparece um advogado – famoso na região lá de São Tiago. Naquela época o advogado ficava famoso nos tribunais de júri, os criminalistas e tal, eles ficavam famosos. Pois um daqueles advogados, famoso, que a minha mãe jamais imaginava que um dia... veio para São Luís para defender o meu tio. E mamãe: “Mas quem é que vai lhe pagar?” Diz: “Não. A senhora pode ficar tranqüila, porque o seu irmão está... Eu pertenço a uma posição política, o seu irmão atua nela, e nós estamos aqui para...”

M.M. – Como era o nome do seu tio?

O.D. – Pedro de Oliveira (Bez). Pedro (Ueler). Uma boa figura. Depois, bem mais tarde, é bom lembrar, quando eu estava em Porto Alegre já e fui preso... Porque, depois, saiu de São Luís. Como é que ia ficar em São Luís? Quem é que ia dar emprego para ele? Pobre, comunista. Não tinha como. Se mandou com a família e tudo para Porto Alegre, foi morar numa periferia das mais... digamos, desassistidas em Porto Alegre, em cima de esgoto, ali, no bairro Navegantes. E passou uns trinta anos que a gente não se via. E depois, em Porto Alegre, nas lutas políticas, eu sou preso. Depois eu posso retomar essa coisa. Mas é só para fazer essa ligação com o meu tio Pedro, Pedro (Bez). Aí, eu estou preso na Polícia Federal em Porto Alegre já, em 79, veio o guardião dos presos lá, diz: “Olha, tem um parente seu aí,

chamado Pedro, Pedro (Bez), que quer lhe ver.” Bueno. Eu digo: Bah! Sim. Sim. Faz tempo que não vejo.” Aí chegou o meu tio Pedro(Bez), que não via há quase trinta anos, diz: “Meu sobrinho, estou aqui, vim te trazer cigarro e... E como é que tu estás?” Eu digo: “Olha, meu tio, que bom que o senhor veio aqui; mas eu, fumar, não fumo, mas o que importa é que o senhor veio.” “Não. E eu vim mais porque, quando eu fui preso lá, e tu era guri, tu me levava comida numa viandinha lá na cadeia.” E era verdade. Levava viandinha na cadeia. O meu pai é que nunca foi visitar. Ele não entrava em discussão política, a minha mãe é que era mais...

M.M. – Animada com esse assunto.

O.D. – É. Mas o meu pai era tranquilão, firme. Ele ia nos comícios do PTB que aconteciam lá, me lembro, do tempo do Pasqualini. Ele era candidato. Eu era guri. O meu irmão ensinou, o irmão mais velho era bom no desenho, o meu irmão ia nos comícios, meu pai pegava aqueles cartazes e o meu irmão trazia para casa e depois redesenhava a figura do Pasqualini; e depois o meu pai, no outro dia, ia levar lá no diretório do PTB. “Olha aqui, meu filho...” O meu pai chegava do trabalho, seis horas da tarde, cansado, e nós cortando lenha, ajeitando as coisas, dizia: “Olha, gurizada, nós hoje tem comício. Vai passar um caminhão aí na frente de casa.” Passava aquele caminhão levantando pó, parava, o meu pai, que era meio forte, alto, ele subia na boléia do caminhão e nos dava a mão assim, para botar o pé no pneu do caminhão, nos puxava para cima, íamos lá no centro da cidade, na União Operária. Tinha dois clubes em São Luís Gonzaga. Um era o Clube da Harmonia, que era dos ricos, da elite, e o outro era o União Operária, que era um clube mais modesto e predominância do PTB. Então era ali... Por sinal esse clube era também perto da cadeia. [ri] Tinha um espaço e ali se davam os comícios. E ali, eu lembro que nós, guri, ficávamos em roda de meu pai, meu pai, alto, chapéu na cabeça, ele ficava de longe ouvindo o discurso. E nós, guri, ali, correndo atrás dos foguetes, esse estourado, para pegar aqueles canudo dos foguetes e trazer para casa. Era o nosso jeito de brincar. E era comício do PTB. Portanto, em 61, na Legalidade, eu já tinha prestado serviço militar. tinha saído há pouco do... digamos, a minha mãe ficou preocupadíssima, todos nós preocupados, nós poderíamos ser convocados. Ia haver uma convocação, eu seria convocado, porque há pouco tinha prestado o serviço militar. Mas... de longe, porque nós estávamos lá em São Luís. Mas estavam preocupados, sabiam que tinha um negócio contra, não é. O Jango e... encontrou o trabalhismo, o pessoal do antigo PDS,

(PSD) isso era antes do golpe, também muito ouriçado na cidade e tal, então, discussões... E quando se deu o golpe, em 1964, então eu estava ainda em São Luís Gonzaga.

M.M. – Você estava ainda em São Luís Gonzaga.

O.D. – Claro, sim. Eu só vim...

M.M. – Você ficou trabalhando no banco em São Luís Gonzaga.

O.D. – Claro, em São Luís Gonzaga. De 61 a 1970. E eu era solteiro, eu casei em 68 com a Judite, com a minha mulher. Então, eu era solteiro ainda e era funcionário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e era professor nessa escolinha que nós estava tentando legalizar, dessa comunidade ali. Dessa campanha nacional de... Bueno. Veja, em 64, não tive nenhuma... que eu lembre, qualquer reação no golpe de 64. Entendia, eu via que a minha mãe sabia que aquilo era um negócio...que a gente tinha... Os ricos, os poderosos estavam por cima da carne seca e nós tinha... ia passar por mais dificuldade ainda do que já tinha o povo pobre. Era essa... Esse era o discurso e as conversas, da minha mãe, nas rodas dali, do povo pobre nosso da redondeza. Bueno. O certo é que aquele nosso movimento em torno dessa campanha foi crescendo, e já depois do golpe, então, 64, a coisa foi ficando muy apertada, difícil, para nós levar aquela campanha, para nós ter da Delegacia Regional da Educação, do Ministério, condições para registrar aquela escola com o conteúdo que nós propúnhamos, democrático, com eleição de direção, currículo e tal, começou a ficar muito encardido, não é. E aí eu comecei também a ser... eu era uma liderança, comecei a enfrentar o poder local e ser marcado pelo poder local, em torno dessa campanha. E o prefeito era um cidadão – por sinal, primo do Jango – e era da então antiga Arena, e cunhado de um figurão da região, que tinha sido presidente da Assembléia Legislativa e tinha sido diretor presidente do Banco do Estado, então era família de poderosos da região. E eu estava ali, essa campanha andando, e conseguimos registrar aquela escola; e aí queríamos, os alunos, os professores e tudo, nós... Na verdade, eu não tinha formação de professor, mas tinha os cursinhos que a gente fazia ali na Univis, na universidade, aquela dos capuchinhos e tal, se preparando, para dar condições de registrar a escola. Aí, bueno, registrada a escola de segundo grau da Campanha Nacional do (), a eleição da direção. Bueno, o movimento queria que a direção fosse eleita. Bom. Mas naquela situação que estava, o prefeito, imediatamente, interveio e indicou uma pessoa do seu grupo político e tal, impôs, e aí eu... a maioria esmagadora do povo que estava no movimento se sentiu agredida. Fiz artigos no jornal, esse jornal *A Notícia*, escrevendo

sobre isto e mostrando inconformidade. Lá um dia, de manhã, estou no banco trabalhando, aparece o prefeito da cidade no balcão do banco, no meu trabalho, falar com o seu Olívio Dutra. O prefeito. Bueno. O prefeito chega, começa uma conversa agressiva comigo ali. O expediente... não tinha aberto ainda o banco. ”Bueno, mas o senhor quer uma conversa de outro conteúdo que não do meu trabalho aqui, então nós temos que sair para conversar.” Saí. E fora, o prefeito faz com que eu entre no carro dele, mas já tinha um cara dentro do carro, e vai em direção ao quartel, para onde iam todos aqueles que tinham que passar por IPI... como é que é? Essas coisas que os militares da época, lá em São Luís, eles chamavam os caras da esquerda, os pseudo comunistas, os que tinha relações enfim, para essas coisas; que depois ia para Santa Maria, documento, não sei o que mais. E eu fui vendo que o prefeito estava... Eu disse: Primeiro, o senhor tem que me respeitar como eu lhe respeito. O senhor é o prefeito, mas eu sou um cidadão e tenho emprego, o senhor me conhece, e eu confirmo o que disse, escrevi.” “E o senhor é um desaforado” não sei o que mais. Eu digo: “Bom, então o senhor pára o seu carro. Essa coisa não vai ser decidida assim. O senhor, nesse carro, me levando para onde o senhor quiser.” Mandei o cara ali parar, eu saí por uma porta, ele saiu pela outra de revólver na mão. O prefeito da cidade! Aí o cara, o motorista ali deu um jeito de pegar o prefeito, acalmar e tal, colocar dentro do carro. E eu voltei a pé para o meu trabalho. Bueno... Eu digo, vai cair o mundo em cima de mim. [ri]

M.M. – Estarrecido.

.D. – Bueno. De fato. Isso devia ter sido uma quinta ou sexta-feira; segunda feira eu já estava transferido para Porto Alegre, se quisesse continuar no banco. Não conseguiram, certamente, me demitir por conta que não era nada da profissão, não tinha como. E eu ainda... eu era consciente, eu tinha um grau de consciência, eu não tinha assinado aquela desistência, do FGTS, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que garantia estabilidade. Eu só vim a () muito mais tarde. E já tinha também participado de uma greve, talvez seja isso importante para esse depoimento aqui, em 1962, ainda antes do golpe. E uma greve lá em São Luís Gonzaga, uma greve dos bancários. Então eu estou indo lá adiante, depois estou voltando para trás. De modo que está meio embaralhada a conversa aqui. Mas... Em 62, eu tinha um ano e meses como funcionário do banco, estourou uma greve dos bancários. Em São Luís não tinha sindicato dos bancários. Era da base do sindicato de Santo Ângelo. Então, a Federação dos Bancários, que representava tudo, o presidente dela era de Santo Ângelo. Porto

Alegre, Santo Ângelo, de Santo Ângelo, eles se comunicavam conosco. E eu já era alguma referência, eles ligaram para mim. Eu era contínuo do banco, andava na rua, e sabia as agências e conversava com todo o povo, “olha, Olívio, nós precisamos de reunir o povo daí para uma conversa nossa. Vamos chegar à tardinha aí.” Digo: “Bueno. Aqui não tem sindicato. Eu (re)conheço, vocês são... Eu sou bancário, e também tem bancário mais velho que eu aqui, tem...” E naquele tempo, o contínuo era o piá de recado, o grau mais baixo da hierarquia. Mesmo que no caso do Banrisul, era um funcionário, digamos, concursado. Mas tinha... era tempo que o tesoureiro era a segunda autoridade... a terceira autoridade. Era o gerente, o contador e o tesoureiro. Grandes autoridades, tinham um respeito público, aquela coisa toda lá e tal. Aí o pessoal disse: “Bom. Mas tu vai convidar os bancários que queiram ir na reunião.” Fiz uma convocação, tinha mais outros companheiros e tal, e reunimos na Casa Rural de São Luís Gonzaga, que era a casa dos ricos, dos donos das terra, do latifúndio. Mas era o espaço que tinha, fizemos uma reunião. E aí é que eu tomei contato com essa coisa do sindicato, da luta, das greves, as razões, por que é que a greve tinha que ter sustentação ali, como em outros municípios. Fizemos uma reunião, o pessoal da Federação explicou, fizemos uma discussão, uma votação, aderimos à greve. Bueno. Ocorre que a maioria dos bancários dali, dos bancos, eram de outras cidades. Faziam concurso lá, eles eram transferidos para ali. Poucos éramos dali. Então, muitos aproveitavam para voltar para as suas cidades, ver a família e tal. Eles ali, a consciência era essa: bom, não tem expediente, vou lá para a beira do rio e tal. Que era o Piratini. Descansar, tomar meus tragos. Mas alguém tem que ficar aqui acompanhando; e vai no programa da rádio dizer como é que está a greve. Então... esse alguém fui eu. Fica aí vendo como é que é, e nós... qualquer coisa, vai no programa lá...

A. F. – Tinha outros bancos na cidade. Devia ter Banco do Brasil...

O.D. – Tinha. Tinha o... O Banco do Brasil ainda não tinha nessa época. Veio mais tarde. Mas veio. Dali uns dois, três anos. Se não me falha a memória. Mas tinha o Banco da Província, o Banco Nacional do Comércio e tinha a Caixa Econômica. Não tinha a federal, mas tinha a estadual, se não me engano. Eram quatro, cinco bancos.

A. F. – E pararam.

O.D. – Claro, paramos. Claro. Mas os gerentes, os contadores, os tesoureiros, eles foram trabalhar, mas não tinha gente para fazer o serviço. Bom. Em 62. E eu fico lá... Ocorre que a greve durou um, dois dias... um, veio instrução da Federação, que a greve tinha

acabado. E eu fiquei me perguntado: bom, mas para nós entrar na greve, nós tivemos que fazer uma reunião; agora, para terminar a greve, não houve necessidade de fazer reunião? Essa pergunta me ficou batendo, não é. E eu só fui ter a resposta dela dez anos depois. Porque isso foi em 62, antes do golpe. Bom. Eu fiquei me perguntando. Até porque teve gente que não veio no dia seguinte para o trabalho porque não ouviu no rádio ou coisa que o valha, não sabia que tinha acabado; e depois veio me perguntar: mas como, Olívio, tu não foi lá avisar que tinha ?... Então ficou me batendo aquela pergunta. Então, aí, volto...

M.M. – Voltando a sua ida para Porto Alegre.

O.D. – É. Então, eu fui transferido naquelas condições que já falei, em 70. Nós tínhamos já um grupo de pessoas lá em São Luís que... Eu não estava sozinho, isolado. Tinha uma grande pessoa, meu amigo hoje, meu compadre, Flávio José Betamin, advogado. Chegou lá depois do golpe de 64, chegou se escondendo, porque ele era advogado recém formado e trabalhava na região ali do Sarandi, uma região de conflito de terra, e ele dava assistência para os sem terra, para o movimento. Que ainda não tinha o MST mas tinha MATA, Movimento dos Agricultores... E ele, portanto, chegou lá perseguido, se escondendo, porque o golpe estava atrás de todos aqueles tinham alguma vinculação com movimentos. Então esse companheiro, depois ia ser meu compadre, batizou meu filho, o Espártaco, em casa, com o padre e ele, todos lá em casa. Ele foi muito importante para o debate que ele trouxe. Ele vinha de dissidências do PC. Dissidências do PC. Já tínhamos, então, ali na cidade, pessoas que...

M.M. – Debatiam, conversavam.

O.D. – É. Nós fazíamos encontro, tertúlias, lá em casa, com a minha mãe, com meu pai, os meus filhos nascendo, e nós... fazia tertúlias e lia livros e discutíamos. Então, em 68 é que bate em nós o golpe mesmo, quatro anos depois.

M.M. – Com o AI-5.

O.D. – É, isso, com o AI-5. E é aí que nós tratamos de nos cuidar uns dos outros, orientar, esconder livros e tal. Isso, em 68. Portanto, em 64 ainda, lá em São Luís... Então, os anos de chumbo, chamada década de 60, 70, eu não estava numa cidade grande como Porto Alegre, estava num espaço, que é esse...

M.M. – Você nunca tinha tido envolvimento formal com nenhuma organização política.

O.D. – Formal, não.

M.M. – Tinha esses grupos, discutia, conversava.

O.D. – Não, não tinha nenhuma relação orgânica com nenhuma organização, nenhum partido. E não era filiado, também, a nenhum partido. Tinha essa militância e essa consciência, que foi nesse crescendo, nesse desdobre. Então, em 70, aí reunimos lá, quando houve aquela transferência e aquele troço, e o prefeito, e aquilo aconteceu, imagina, numa cidade pequena e tal, o povo lá, os jovens daquele movimento da escola comunitária e várias outras pessoas dizem: mas vem cá, Olívio, não vai. Digo: Bueno. Mas é o meu emprego. Eu não tenho outro emprego.” Eu já era casado então, tinha o Espártaco, meu primeiro filho, o mano, e a Judite grávida da Laura, minha segunda filha. Bueno. Eu não tenho outra forma de sobreviver. Nem quero ficar aqui, dependendo de favor desses poderosos daqui. Não. Eu vou, vou para Porto Alegre. E saí, antes da minha mulher, claro, para vir para Porto Alegre, começar a trabalhar. Me colocaram na agência mais periférico da rede de agências do Banrisul em Porto Alegre, que na época era a meia quadra do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, no norte da cidade, avenida Francisco Tram, esquina com Assis Brasil. Bueno. Aliás, nessa, como bancário ali, na frente da agência tinha a indústria Fogões Geral. Era... Hoje, quebrou. O próprio golpe militar encarregou de quebrar aquela indústria. Ela está quebrada já há muito tempo. Os trabalhadores formaram uma pequena cooperativa autogestionada e está funcionando. Quando nós fomos do governo, nós fortalecemos ainda. Mas eu lembro que na época, inclusive, o pessoal da VAR-Palmarenses assaltou um banco, banco Andrade Arnaud, que naquela época tinha uma agência dentro do Hospital Conceição, que era privado. Hoje é o Grupo Hospitalar Conceição, que é público, federal.

A. F. – É fundação.

O.D. – É. Lembro bem, porque chegava para a gente, a gente trabalhando, a gente de certa forma torcia para que aquele povo que estava naquelas ações não se desse mal porque... Lá perto de casa...

M.M. – Você foi morar ali também, naquele mesmo bairro.

O.D. – Fui morar. Desde que chegue a Porto Alegre moro onde atualmente moro, num conjunto residencial com duzentos e dezoito moradores, na avenida Assis Brasil. Essa agência onde eu trabalhava era mais ao norte ainda. Mas dava para ir a pé, digamos, uns quarenta minutos. Tem também ônibus. Então era... Naquele bairro, inclusive, lá mais perto de casa, também teve, nós presenciamos uma ação do pessoal das organizações armadas, não é, de assalto a banco. Eu fui assaltado num banco mas nunca no tempo da ditadura. [ri] Só depois. [risos] Funcionário do banco, na minha agência, tive que deitar umas duas, três vezes no chão porque a minha agência foi assaltada. Mas era na década de 90.

M.M. – Nessa época que você foi para Porto Alegre também, você decidiu ingressar na universidade. Não foi isso? Logo quando você chegou em Porto Alegre?

O.D. – Sim, claro. A primeira coisa que eu faço quando chego em Porto Alegre. Claro, primeiro tenho que resolver a minha questão da casa, para trazer a Judite e meus filhos. Aí entra em detalhe mas é um detalhe interessante. Porque eu, com tudo isso, tive uma sorte que... não é para qualquer um. Porque eu me mudei uma única vez na minha vida. Quer dizer, de lá de casa onde eu morava, porque eu fiz um puxado na casa da minha mãe e morávamos lá. Fui o filho que mais tempo ficou perto dela, perto deles. E aí, me mudo de lá nessas condições, vou para Porto Alegre e fico num apartamento que não tinha morado ninguém ainda, uma daquelas primeiras construções do extinto BNH, cujo construtor tinha se dado mal, tinha sido financiado pelo Banrisul, o Banrisul, para reaver parte do financiamento, ficou com seis apartamentos mais um espaço para a agência ali embaixo, e os seis apartamentos ele sorteou entre os funcionários com determinadas características de família. E este meu colega que ganhou o apartamento, ele tinha uma família maior do que a minha; e onde ele estava morando, ali mais adiante, de aluguel, o apartamento era razoável para ele; e ele então estava com aquele apartamento ganho, sem poder ocupar e tendo que pagar; e aí eu chego, me indicam, aí eu vou lá, converso, diz meu colega: “Ah Olívio, não te conheço, não nos conhecemos, mas somos do banco e tal, eu te alugo lá por tanto.” Paguei aluguel. Passa três anos, digo: “Olha, Lazari, vamos ver se nós resolvemos. Só que tu não vai poder ir para lá.” Eu me inscrevi na Cooperativa Habitacional dos Operários Bancários, que era do nosso sindicato. Mas era o canto de cisne das cooperativas, porque o regime militar estava acabando com as cooperativas. E o Sindicato dos Bancários, que foi a primeira coisa que me filiei, antes de procurar casa e tudo, foi me filiar no sindicato, na cooperativa de consumo dos

bancários e na cooperativa habitacional, a que tinha esse nome pomposo: Cooperativa Habitacional dos Operários Bancários, imagina. Bom. Claro. Nenhuma dessas cooperativas hoje existe mais. A cooperativa de consumo, quando eu cheguei em Porto Alegre, já estava se desmilinguindo, porque o regime militar queria destroçar toda e qualquer estrutura que desse para uma categoria tamanha força como essa. Os bancários tinham força porque eles podiam fazer greve e, se fosse um, dois meses, podiam comprar a crédito na cooperativa. E tinha também a cooperativa habitacional, que tinha construído boas casas para uma centena de famílias de bancários. Mas aí o golpe foi destruindo, destroçando tudo isso, além das intervenções no sindicato. Quando eu chego em Porto Alegre, o Sindicato dos Bancários já tinha passado por três intervenções. Eu não sabia, evidente. Mas aí então, resolvo essa questão da moradia. Depois, ele passa para mim, para o BNH, eu fico pagando para ele uma parte da venda, do contrato, e mais pago o BNH. Foi longos anos isso. Até que pude pagar tudo e passei a ser proprietário daquele apartamento. Que é o meu imóvel, que eu moro, criei dois filhos naquele apartamento de dois quartos e criei penso que bem, o Espártaco e a Laura. Aí então, eu me filiei, como disse, ao sindicato, passo a militar na base do sindicato, mas muito... Eu não conhecia a vida de sindicato, mas... bueno, sabia que a coisa estava ruim. Ia no sindicato depois do expediente, à noite, pegava um ônibus, ia lá no centro, descia no mercado, ia a pé lá na sede, no cinema Cacique, subia, décimo primeiro andar, não tinha ninguém lá, alguns diretores, mas tinha um cidadão fardado dentro do sindicato. Eu chegava ali, eles já me conheciam, eu pegava os panfletinhos que tinha no balcão, era mais coisa de... aí que eu fui conhecendo o DIEESE –, tinha um papelzinho do DIESSE sobre salário, economia, reajuste e tal. Bueno. Eu achava que aquilo era importante, eu chegar lá na minha agência onde trabalhava e distribuir aquilo, divulgar. E como tinha outras agências no meu caminho aí, naquele bairro, eu já fui também, depois, também, aproveitava, no outro dia que passava, arrumava um jeito, e antes... E fiz vestibular aí para a Universidade Federal, naquela idéia. Como eu tinha sido professor daquela campanha nacional e não tinha o registro das coisas, e achava que aquela luta podia me chamar de novo e aí eu tinha que estar preparado, eu fiz o vestibular direto, não é, para o Instituto de Filosofia, Ciências e Letras da URGs.

M.M. – Foi fazer o curso de letras.

O.D. – Isso. E aí que eu então sou licenciado em literatura portuguesa, língua e literatura portuguesa e inglesa, pela URGS, da turma de 1975. Mas só pude fazer isso porque, primeiro, eu não fazia hora extra no banco. Fazia tudo quanto era sacrifício, fazia o meu orçamentozinho dar; a Judite, minha mulher, é professora, professora primária, professora alfabetizadora também, sem curso superior, mas concursada, então... E ela, ela foi também transferida, e dava aula numa vila no norte da cidade, num primeiro momento, e... Bueno. Ajeitava o orçamento para dar e não fazia hora extra e não... Frequentava as aulas então pela manhã, nesse curso da URGS, enquanto o Instituto era ali no Parque Farroupilha, no Bonfim. Então me possibilitava eu descer num ônibus na Parrópolis e subir, descer a Barros Casals, e chegava no curso e assistia. Só não assistia a última aula porque eu tinha que estar às doze e trinta lá no norte, tinha que fazer de volta aquilo e pegar o ônibus... Então eu me formei um ano depois da turma que entrou comigo, por conta disso. Mas eu penso que foi muito importante. Além dos debates que tinham.

M.M. – A faculdade teve um impacto importante? Ou estava muito parado nesse momento?

O.D. – Razoável. É. Mas eu era mais, digamos, um trabalhador que estudava.

M.M. – Você não tinha muita chance, muito tempo de viver a vida universitária.

O.D. – É. Não tinha muita chance, não, não tinha tempo de viver. Me lembro assim as coisas que era... Naquela época, a grande campanha foi... eu me lembro de um debate do Paulo Brossard, que era o candidato ao Senado, contra o Nestor Ioste, que era a grande figura da Arena, da ditadura, diretor do Banco do Brasil. E todo o campo democrático popular votou no Paulo Brossard. Mas eu não vivi o movimento estudantil, não participava. Eu participava era da militância na base...

M.M. – Sua militância na área bancária, vocês tinham alguma aproximação com o MDB, com partido ou não?

O.D. – Sim. Eu digo, eu militava era na base da minha categoria e de movimentos sociais na periferia, da igreja, das organizações de base, mas tinha... Aí tem uma coisa curiosa, que é bom também que eu fale aqui. É que, vindo de São Luís para Porto Alegre nas condições em que vim, vim com meus móveisinhos e a minha geladeira, era uma geladeira que eu tinha mudado o motor dela porque a luz lá em casa, como eu disse, tinha chegado

tarde, tinha um motor, tive que mudar por outro, e foi esse que trouxe; e, até adaptar ali em Porto Alegre, a geladeira ficou fazendo um certo rumor assim, não é. Bom. Eu conto isso por quê? Porque aí um pessoal de diferentes tendências político-partidárias soube que eu estava... que eu era um militante social e tal...

A. F. – Solto, não é. [ri]

O.D. – É, solto. E esse meu compadre, talvez, o Betamin e outros lá, talvez tivessem... Eu sei que eu fui contatado para arrumar um espaço para reuniões. Hoje, essas pessoas que participam lá, tem muita gente no PSB, no PT, no PC do B, no PMDB. Eram pessoas num campo de esquerda que lutavam contra a ditadura e trabalhavam a questão da anistia, questão de proteger os perseguidos políticos. E as reuniões então, depois de vários contatos e troço aqui ou ali, semiclandestino, eu digo: “Olha, se vocês acharem que tem segurança... Eu moro nessas condições.” Até que um deles foi lá uma ocasião, a Judite e os dois já tinham.. estavam sabendo das coisas, eu digo: “Bom, você viu onde eu moro. Vamos ver...” “Ah...tá, mas... esse teu barulho dessa tua...

M.M. – Geladeira.

O.D. – É. E aí foi para o corredor assim... “É. Está aqui. Porque a gente conversa aí dentro, esse rumor dessa geladeira não deixa ninguém ouvir aqui fora.” [risos] Então...

M.M. – Ficou um bom lugar.

O.D. – Ficou um bom lugar para aquele povo... Eram cinco, seis que se reuniam. Aí, eu e a Judite pegávamos o Espártaco, pequenininho, e a Laurinha, de colo, e nós ia...

M.M. – Passear. Para liberar o apartamento para as reuniões.

O.D. – Passear. É. E liberar o apartamento para as reuniões. Uma ocasião, inclusive, tratamos de arrumar com um outro meu colega bancário, que tinha sido transferido lá de São Luís para outra região, depois tinha ido para Porto Alegre, e nós nos encontramos, eu digo: “Ó Adolfo, tu ‘tá aqui. Bah!” Bueno. Nos visitamos. Até que alguém, nessas reuniões, disse: “Olha, tem um problema, que a gente quer de novo contar contigo, porque tem um companheiro que está na iminência de ser preso aqui, nós temos que arrumar um local discreto em que ele possa ficar escondido três, quatro ou mais dias.” Bueno. Eu fui falar com o meu colega bancário, do Banco do Brasil, que estava lá. E ele era um companheiro... no

campo assim de muita... Mas não era militante de nenhuma organização. Mas era desse campo assim, onde a gente se encontrava nas nossas sensibilidades. E conseguimos. Ele disse: “Não. Leva lá para casa.” E depois tem uma história curiosa. Mas isso aí não precisa aqui. É que ele tinha tido um problema de ordem familiar na relação afetiva com a companheira dele; e depois eu percebia que ele estava muito agoniado, quando eu ia lá no banco perguntar como é que estavam as coisas, eu sentia que ele estava agoniado. Por quê? Porque era um homem, ele era um militante político, que tinha que ficar o dia inteiro na casa dele, sozinho, com a mulher dele. Ele tinha tido problemas, estavam resolvendo. Mas aí eu sei que foi... Era uma das coisas. E era um campo onde o frei Beto tinha uma orientação geral, embora eu nunca tivesse nenhum contato com o frei Beto. Mas era trabalhar nessa coisa de...

M.M. – Então tinha uma influência da igreja católica nessa...

O.D. – Tinha. Eu sempre fui periferia, não é, eu nunca fui... Mas eu, já em São Luís, eu lia material do Celadoc, que era no Chile, de um campo da igreja católica progressista latino-americana.

M.M. – A igreja católica está em todas. [ri]

O.D. – E essa campanha nacional da comunidade era também de um campo de base progressista da igreja católica. E eu tinha tido aquela coisa como vicentino, mas eu nunca... não fui coroinha, [ri] eu não... Quer dizer, eu sou um cristão... O que eu sempre digo. Eu sou um cristão marxista. Isso significa que eu não sou nem bom marxista e nem bom cristão. Mas assumo integralmente essa contradição. E então nós, nessa... E quando eu chego em Porto Alegre, é bom lembrar, tem dois bancários presos pela ditadura. Um era o Valmeri Antunes, que veio depois ser vereador do PDT, na época era bancário e secretário geral do Sindicato dos Bancários. E o outro é...

A. F. – Ele faleceu num acidente, depois de eleito, não é?

O.D. – Isso. É. Depois de eleito. Em plena campanha. Um desastre desgraçado, de estrada, não é. E o outro era um... uma pessoa que também não... eu não conhecia nenhum dos dois pessoalmente. Mas o outro era, se não me engano, era tesoureiro da Federação dos Bancários. Hoje ele é alto executivo do Santander. Ambos estavam presos. Eu não conhecia nenhum dos dois, nem sabia as condições. O certo é que o povo foi dizendo para a gente

“olha, estão presos e passam lá... e coisa que ninguém sabe, ninguém denuncia; o sindicato não quer ou não pode denunciar” e tal. E olha, eu não conhecia cidade grande, não conhecia Porto Alegre, então era... Mas aí ficamos, criamos umas formas de fazer um texto denunciando a prisão daqueles dois bancários. Foi uma construção demorada porque era difícil de se encontrar e manter a segurança. E aí, claro, também fiquei, junto com outro, encarregado de divulgar. Como divulgar? Eu ia ao sindicato para pegar materialzinho e tal...

M.M. – O sindicato muito esvaziado.

O.D. – O sindicato esvaziado e com aquele cidadão fardado lá no sindicato. E eu falava com os bancários, meus colegas na agência, “Olívio, não te mete nisso, rapaz. Tu veio lá do interior. Olha que isso não é... uma hora tu ‘tá metido num negócio sério aí”. Ia na outra agência lá, o pessoal ficava distanciado; mas ao mesmo tempo eles iam tendo uma relação comigo muito... Poxa. O sindicato tem uma história, o Sindicato dos Bancários eu acho que nunca estive na mão da direita, não é, sempre... Mas eu estava lá e eu fui... Eu não conhecia a direção do sindicato, que era o Luís Carlos Mazui da Cunha, o presidente do sindicato, que era um colega do Banco do Brasil, advogado, uma pessoa já de idade. Lá um dia, ele chega lá na agência onde eu estou trabalhando, queria falar comigo e tal. Bom. Sentou, eu estou trabalhando no banco, ele disse: “Olha, meu colega, eu não te conheço, mas eu tenho te visto no sindicato. Não sei se tu viu que tem um cidadão fardado lá; e agora, está chegando material denunciando a prisão dos dois bancários e tal, e eu queria te alertar que a coisa é séria. O sindicato, essa direção agora, conseguiu se livrar de uma intervenção que tinha lá, mas é uma...” Bueno. Contou como é que era o controle sobre o sindicato. E depois é que eu soube que ele era de uma corrente mais ligada ao Partidão. Bueno. Mas tinha outras figuras lá no sindicato, que não eram ligadas, que eu saiba, a outras correntes, mas estava lá meio que se protegendo, não é, das coisas no banco e mais no sindicato; e o sindicato parágrafo, por conta disso, claro, mas por conta também de uma ação ali, que não rompia com a coisa. E começou a me martelar na cabeça aquela pergunta de lá, lá detrás. Mas aí... Mas vem, me coloca, eu digo: “Olha, presidente, que bom que tenha vindo aqui. Eu, realmente, tenho ido lá, não vou deixar de ir, eu trago o materialzinho; eu acho que esse DIEESE aí é um órgão importante porque bancário gosta muito das contas, de ver os dados e tal e comparar a economia, o crescimento, o salário, a riqueza, a renda, o lucro dos bancos; então, esse materialzinho eu trago, – mostrei para ele – olha, eu dependuro ali no cartaz, aqui, onde o

peçoal vai tomar cafezinho; eu faço isso também nas agências no meu caminho e tal e... bom, vai divulgando e criando uma condição de outro material do sindicato chegar lá e tal.” “Pois é. É isso que nos falta” e tal. Bueno. Me alertou.

M.M. – Já é nesse contexto de preparar a sua candidatura para a direção do sindicato.

O.D. – É. Isso em 70... (quatro), portanto eu estou... Aí, numa outra ocasião ele diz: “Olha, vai ter eleição no sindicato. O pessoal não tem chapa, não tem candidatura, ninguém quer e tal. E estão precisando que tu esteja numa chapa lá, na executiva lá.” Eu digo: “Olha, eu não posso, não tenho condições, acho que nem autoridade nem conhecimento da coisa para tratar. Eu quero continuar na base”. Naquele tempo só tinha três cargos liberados para a executiva: era o presidente, o secretário geral e o tesoureiro. “Não, mas tu fica, para ser liberado, vamos te colocar de secretário geral...” Eu: “Não. Não.” Não queria estar fazendo coisa só para ficar... Não fui para a executiva. Mas me colocaram numa chapa, e tinha uma chapa de centro-direita lá. Ganhamos. E eu fiquei então... Mas não era liberado.

A. F. –Diretor de base.

O.D. – É. E nem tinha ainda o delegado de base, que era uma luta nossa, que depois... depois, os banqueiros safados se apropriaram dessa proposta de delegado de base e transformaram todos os integrantes da chapa em liberados. Imagina. Em liberados.

M.M. – Quer dizer, não precisavam ir ao banco.

O.D. – Não precisavam ir ao banco e...

M.M. – Cortava toda a conexão com a base.

O.D. – É. E muitos daqueles estavam ali só para se proteger, para não perder o emprego, e também não sabiam o que fazer no sindicato. Como tem, certamente, hoje muita gente, em muitos sindicatos, nisso. E é uma crise séria nessa questão. Então, o que era para ser um vínculo do sindicato com a base passou a ser um inchaço do sindicato e o afastamento dele lá da base. Bueno. Mas então eu fiquei na base todo o tempo, até que... uns outros diretores, que tinham se colocado na chapa só para se proteger, sem maior condição de negociar com o banco, essas relhas no banco, e aí eu fui, no final do mandato do Mazui, convocado no lugar daqueles porque... para assumir lá a secretaria de divulgação do sindicato. E aí que nós então, já tínhamos uma experiência, constituímos comissões e tal,

sindicato pela base e tal, porque era a nossa luta, o sindicato pela base, o sindicalismo pela base, a luta contra a estrutura sindical, contra os pelegos e tal, e com muita criatividade no material, o pessoal foi... dinamizamos aquela área, e começamos a fazer reuniões por local de trabalho, nos bairros...

A. F. – E isso já então, no final do mandato, é o quê? 77, 78.

O.D. – Isso, digamos 74, 75. Porque aí, 75, tem uma eleição.

M.M. – É. Aí você vai ser presidente.

O.D. – Aí então eu sou eleito presidente. Aí é que eu sou eleito presidente. E aí então esse trabalho já vem, vem se alastrando, se aguçando, desabrochando...

A. F. – Nessa diretoria anterior, que forças políticas estavam presentes?

O.D. – Olha, eu te confesso que nós não tínhamos nenhum...

A. F. – Não tinham uma definição.

O.D. – É. Não. Eu...

M.M. – Era uma posição, que você fala, muito fragmentada, com muito pouca gente.

O.D. – É.

A. F. – Porque falou que o presidente tinha uma certa proximidade com o Partidão.

O.D. – É, o presidente tinha, mas não era... Depois, revendo a história, falando com o pessoal mais antigo, inclusive um deles, uma pessoa querida, que nós demos o apelido de pelegão porque era um cara que... Um bancário antigo, meu colega do Banrisul, já falecido. O pelegão teve esse apelido porque ele via que havia muita indiferença dos colegas do local de trabalho, e ele tinha sido militante do Partidão ou periferia do Partidão, mas ele não achava jeito de como convocar o pessoal; ia, fazia uns comícios relâmpago, e depois, ele ia para a assembléia, só ia ele; no outro dia, ele voltava, chamava tudo de...”você são tudo uns pelego.” E aí, o pessoal que gostaria de ter ido mas não ia, por ene razões, inclusive medo, apelidou ele, carinhosamente, de pelegão. E ele era muito querido. E esse, o pelegão, é que me contou. Aí que eu perguntei: “Pelegão, me diga assim. Estou com essa pergunta me batendo há mais de dez anos. Como é que, naquela ocasião, aquela greve terminou de um dia para outro assim, sem precisar reunião?” Aí ele diz: “Olha, Olívio, vou te contar. Nós

fizemos uma reunião aqui, ali na sede do... na Andrade Neves, que é paralela à rua da Praia, tinha um restaurante, um bar que tinha um mezanino, cabia umas trezentas pessoas, onde o pessoal tomava também um chopp e tal, reunimos lá e quase encheu aquele espaço. Bah! E o pessoal se empolgou mas... Não era menos de trezentas pessoas. Mas os banqueiros, com a costa larga, e agora protegidos – na época ainda não, mas estavam se preparando, certamente, para esse golpe que veio depois – vieram conversar conosco. Bom. Mas ali, nós nos enchemos de coragem, declaramos greve, e não tínhamos instrumento nenhum de organização e tal. E o que é que nós optamos ali? Aquele povo disse: olha, vamos subir a rua da Ladeira e vamos ali no Palácio do Governo.” Era o Brizola o governador. “E assim fizemos.” Diz ele. “Subimos lá. E era quase meia-noite, ficamos lá, importunando, na portaria, para o governador nos receber. E até que o Brizola nos recebeu, nos passou uma carraspana, por conta de que nós está importunando. Será que eles não entendiam que não é o governador, e também, tem tantas outras tarefas, e aquela hora da noite. Mas aí o pessoal do PTB na categoria dizia: “Olha, governador, é que nós estamos com essa questão. Nós não queremos nada do governo a não ser que amanhã de manhã não tenha nenhum destacamento da Brigada atacando o nosso povo, que somos poucos, para dizer na porta do banco, particularmente na porta do Banrisul, que estamos em greve.” Por conta disso, disse: “Bueno, então, se é isso, pode ficar quieto, que eu vou instruir para a polícia não reprimir.” Não reprimir. Então eles foram. Mandaram a notícia para o rádio e tal. Tudo bem. No outro dia, realmente, não teve polícia na porta do banco; mas os bancários, todos foram trabalhar. Mas no dia seguinte, que ele aí... a greve tomou corpo; e aí, no dia seguinte, que a greve tomou corpo, que ia ter força, tinha a convenção do PTB... (lembrem que eu estou falando de 62) tinha a convenção do PTB que ia decidir o candidato do PTB à sucessão do Brizola. E a escolha caiu no Egídio Michaelson. Que era banqueiro. Ele era banqueiro, era diretor do Banco Agrícola Americano e era da direção do sindicato dos bancos. Era um homem honrado, honesto, tudo bem, vinha lá de longe e tal, mas era da estrutura. E bueno... É bom lembrar. O Egídio, ele chegou a ser, se não me engano, no curto período do parlamentarismo, ele chegou a ser acho que primeiro ministro.

M.M. – Não. Primeiro ministro não. Foi ministro.

O.D. – É. Ele teve essa dimensão nacional. Ou ministro da Fazenda.

M.M. – Não. Acho que era de Indústria e Comércio.

O.D. – É. Mas é este. Aí, por conta disso, o Brizola chamou lá o pessoal, diz...

M.M. – Todo mundo para casa.

O.D. – É. Todo mundo para casa. Porque não interessa para o governo, certamente não vai interessar também para vocês, qualquer confronto, conflito. E vamos encerrar essa greve. – Mas governador... um banqueiro recém... E talvez pudesse vir para... – Não. A gente conversa com o Egidio e tal, não sei que mais. O certo é que assim terminou aquela greve. E aí me aumentou a consciência da verdade. O pessoal da antiga estrutura sindical e do trabalhismo, petebismo e do PC, achavam que estando próximos dos que estavam no poder, eles teriam melhores condições de encaminhar as coisas; e reduzia-se a essa negociação de cúpula, e a base sem nenhuma participação, e portanto, quando chegava a hora da onça beber água, o movimento não tinha força. Então, aumentou mais a convicção nossa de que a construção tinha que ser pela base, por local de trabalho e essa coisa toda. E é isso que depois, então, fomos realizar como direção do sindicato.

M.M. – Em 75.

O.D. – Em 75. E em 78, teve a eleição, a gente foi eleito com um percentual ainda maior; mas aí teve a greve, 79, teve uma grande greve, pega a categoria já com grau de...digamos, organização pela base, por local de trabalho e uma consciência já bem alastrada; e as condições políticas também, não é, de luta contra a ditadura, luta pelas liberdades, pela democracia, pela anistia, por todo canto.

M.M. – É. Naquele momento a anistia é uma luta forte.

O.D. – E nós estávamos em todos esses movimentos. Eu também tinha uma participação como militante social no movimento de luta contra a carestia. Eu tinha também... Até hoje, tem um empresário que... é uma pessoa boa, da Lojas Estevão, que é lá do meu bairro, ele disse: “Bah! Olívio, tu sabe que eu nem sabia, pois nós nos conhecemos há trinta anos atrás, na associação do bairro aqui do Passo da Areia”, que é o local onde eu moro. E é verdade.

M.M. – É. Nesse momento as associações de bairro tiveram um papel muito importante.

O.D. – É. E é verdade. Eu tinha, sempre tive uma consciência muito de participar, muito de ir nas coisas coletivas, de estimular a participação. E eu me lembro que eu fui também participante, pelo menos ia na reunião, da associação dos moradores de Passo da Areia; que na época, na verdade, era dirigida pelos empresários da rua. E certamente, a minha presença ali era uma coisa meio estranha para eles. Mas enfim.

A. F. – Em 75, nesse momento de sair da condição ter sido um diretor para ser candidato a presidente, tu já tinha também esses outros contatos na periferia dos grupos de esquerda, sediando reuniões em casa, etc. e tal. Isso, na hora de discutir essa opção, de ser candidato a presidente, de montar uma chapa e tal, tem algum debate já com grupos organizados ou pessoas que fossem referência de correntes políticas, que tu conseguiste definir claramente, ou não?

O.D. – Não.

M.M. – Pelo que a gente está falando, é uma coisa muito fragmentada mesmo.

O.D. – É. Na verdade, eu não tenho na minha memória nenhuma pessoa que nós...

A. F. – Quer dizer, vocês montaram a chapa pensando na representação dos vários bancos...

M.M. – Das pessoas.

O.D. – É. Das pessoas, dos bancos, a questão bancos públicos, bancos privados. Nós entendíamos que tinha que ter maior participação dos bancos privados, que era muito mais difícil no trabalho, particularmente no Bradesco, que era o maior banco. E, evidentemente, diante de uma proposta de atuação, um programa de atuação centrado no combate à estrutura sindical corporativista e a construção do sindicalismo pela base, estruturação por local de trabalho, comissões, comissão de mobilização. E aí, evidentemente, eu...

M.M. – Isso era uma coisa que nascia meio naturalmente? Ou vocês já estavam nesse momento começando conexões com outros sindicatos nacionais? Porque essa discussão estava também acontecendo em São Paulo, no Rio de Janeiro. Outros sindicatos estavam levando isso. Como era a sua relação como presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, com esses outros sindicatos de outras cidades, outros estados?

O.D. – Já tinha começado antes de eu ser presidente do sindicato uma relação por dentro da chamada Intersindical, que era a reconstrução de uma organização de antes da ditadura e desmontada pela ditadura, e... bueno, possibilitava um intercâmbio entre sindicatos através das suas direções, uma frente sindical. Está me fugindo o nome dessa frente sindical antes da minha participação e da minha vinda para Porto Alegre. Existia, então, uma articulação entre várias categorias e seus sindicatos, e que a ditadura tinha desmontado e perseguido enfim. E que nós fomos...

A. F. – Antes de 64 (você já tinha).

O.D. – É. Mas era... ali tinha um outro nome. Em Porto Alegre tinha um... E muito... Os eletricitários tinham um poder muito grande por conta de que eles desligavam; os rodoviários, os metalúrgicos, também os professores, enfim. Mas eu confesso para vocês que eu fui me dar conta, concretamente, objetivamente, das diferentes facções em que a esquerda se dividia lá em Porto Alegre e na luta no sindicato. Porque, quando eu fui para Porto Alegre, eu achava, bom, os comunistas, todos somos...

M.M. – Irmãos.

O.D. – Irmãos e tal, socialistas, cristãos...

A. F. – Essa definição do marxismo cristão, você já tinha essa visão.

O.D. – Já tinha essa visão porque eu sou... como eu disse, eu li o Celadoc, que é uma revista da igreja progressista na América Latina, no Chile, e também lembro que teve um tempo uma discussão, um diálogo entre cristãos e marxistas, que também chegava para mim via publicações, e eu, em São Luís, era um leitor via... encomendar livro pelo correio...

A. F. – Eu lembro, eu li uma entrevista tua que falava do Plekhanov, se não me engano. Eu li. Um livro do... que teria tido uma influência.

O.D. – Ah! Li. Na verdade, eu tive uma influência estranha, porque um cidadão, católico...

M.M. – Mas o Plekhanov na nossa geração, o materialismo histórico, eram livros de cabeceira.

O.D. – Era. *O Papel do Indivíduo na História*. Clássicos. Mas eu vou te contar, porque eu tinha uma influência estranha e eu acho muito rica e instigante porque... Na Escola

Técnica de Comércio de São Luís Gonzaga, eu já mais taludo e trabalhando também, o curso era à noite, o professor deles era professor Almor Terra, juiz de direito na cidade, católico daqueles. Claro, eu o conhecia, eu freqüentava a igreja na segunda missa, e depois, naquelas reuniõeszinhas dos vicentinos, e sabia que ele é... bom, e era o professor e... E ele, nas aulas, claro, sugeria coisas. Jacques Maritain. Leituras. Bom. Eu tratava de ler. Até que um dia...

M.M. – Mas é engraçado. Esses vicentinos lá eram assim progressistas, é?

O.D. – Não...

M.M. – Porque na minha cidade os vicentinos eram tão reacionários, era aquela igreja hiperconservadora. Pelo menos era a visão que eu tinha. Pelo que você está dizendo, esses vicentinos...

O.D. – Não. Eram pessoas comuns. Um era subtenente do Exército, o outro era pequeno comerciante, o outro era lá... de atividades assim. Mas era... na verdade, não era o povo, a base. Na verdade eu me sentia o povo ali naquela... Mas eu não vi também nenhuma... Claro, depois, um desses, depois, era tido como um cara que perseguia a esquerda e era fonte para denúncia da esquerda lá na cidade. Veio a se saber depois, bem mais tarde. Mas então... Retomando.

M.M. – Você estava falando da leitura do Jacques Maritain.

O.D. – Então. O Almor Terra, depois veio a ser membro do Tribunal de Justiça do Estado, ele, numa das saídas da aula, de noite, eu ia para casa a pé, passava pela frente da casa dele, ele disse: chega aqui que eu vou te recomendar um livro. E me recomendou um livro. E eu passei a ser leitor de um escritor inglês, que é um católico inglês, e o livro que ele me emprestou era *O Poder e a Glória*. Este livro me deu a dimensão de que não é um embate entre o bem e o mal, entre o preto e o branco. É o Graham Greene o autor inglês, católico inglês, que já é uma...

A. F. – Uma coisa estranha.

O.D. – É. O Graham Greene e aquele livro, principalmente, *O Poder e a Glória*, não era uma coisa de o preto e o branco, o mal e o bem, enfim, era a problemática do ser humano, que não é anjo e que vive intensamente a vida e tem desafios e tem limitações, e a luta social... e *O Poder e a Glória*, inclusive, o espaço histórico político é a revolução mexicana, e

um padre como personagem ali, com todos os seus dramas, limites, e digamos, pecados e virtudes. Então me... uma dimensão diferente da... para ele, que para mim é um catolicão. E um outro livro também, que chegou nas minhas mãos e eu li, também, de novo, indicado por outro juiz, e lá em São Luís Gonzaga. Um outro juiz, dali a uns anos, no outro ano, o ano seguinte, um juiz me... sabendo que a gente tinha interesse por leitura, também diz: eu estou interessado que vocês façam a leitura, e tu, Olívio, de um livro; que eu quero tu vá comigo agora, depois da aula, que eu quero te passar. Me levou para a casa dele e me passou um livro que era *A Origem da Família, da Propriedade (Privada) e do Estado*.

M.M. – Engels.

O.D. – Claro. Eu li, eu fiz questão de ler. Mas, para isso, já tinha uma leitura bastante sólida dos pensadores cristãos. O Alceu do Amoroso Lima, o embate que o Alceu Amoroso Lima tinha com o Gustavo Corção. Os embates, também, que tinha uma linha católica européia conservadora e outra progressista, as discussões no Partido Comunista Italiano, no Partido Comunista Francês, no chamado diálogo entre cristãos e marxistas, aquilo me chegava, eu lia e me interessava, mas nunca me aprofundi. Mas enfim...

M.M. – Tinha as referências básicas.

O.D. – É. Tinha referências básicas e... Bueno. Mas como eu ia dizendo. Só no sindicato, já em Porto Alegre, é que eu fui me aperceber que tinha variados matizes, o pensamento comunista, socialista; e na prática, tinha muita coisa que era lastimável, que não se encontrava a fraternidade, a irmandade, a solidariedade enfim. Mas eu me dispunha a trabalhar nesse contexto, nessas... eivada de contradições, às vezes não é sem... não é, muitas vezes, fugindo do embate mais direto com essa ou aquela posição, na idéia de que podia contar com cada uma delas numa...

M.M. – Mas eu queria voltar àquele ponto do seu contato como presidente do sindicato. Porque eu estou um pouco preocupada com a hora. Você tem que ir embora, e a gente tem um caminho... Queremos chegar ao seu governo. Temos que chegar ao seu governo. O senhor não pode atrasar um pouquinho o seu vôo, não?

O.D. – Não. Eu tenho que estar às duas horas lá.

M.M. – Não, mas o senhor veja só...

O.D. – Mas é aqui, não é, o aeroporto é aqui, Santos Dumont.

M.M. – Mas ainda tem muita coisa.

O.D. – Ah, mas então eu vou ser mais sucinto. É onze e meia agora, não é?

M.M. – É. A gente quer pegar lá o seu governo, governador, prefeito.

O.D. – Está bem. Então vou ser mais sucinto nesse passado.

M.M. – É, é fascinante, a gente adoraria ficar entrando em todas essas discussões. Mas como a gente precisa... Se o senhor fosse ficar mais tempo aqui, a gente podia... nós poderíamos continuar, mas... Bom. Mas eu tinha colocado a pergunta, o senhor como presidente do sindicato tendo já contato com outros sindicatos, que nesse momento, nesse período de 75, 79, também estão levando essas discussões do sindicalismo pela base. Enfim. Como era o seu contato com esses outros sindicatos, essas outras regiões do país?

O.D. – Agora me lembrei do nome da articulação intersindical. Era o PUA. Pacto de Unidade e Ação.

M.M. – Isso era pré 64.

O.D. – Isso. Pré. Mas nós reconstituímos o PUA já com o nome de Intersindical. Uma amplitude e tal. E isso foi naquele movimento no início da década de 70, e foi indo... E quando eu estava no sindicato, portanto, já tinha essas ramificações, essas relações, que foram se consolidando e a discussão foi passando além da categoria, além do estado, foi tomando dimensão nas relações com as direções de diferentes categorias em nível nacional. Em 75 eu conheço o Lula. Porque nós já nos comunicávamos por telefone. Eu já, então, na presidência do sindicato, na direção do sindicato. Então, eleito presidente, convidei o Lula, por conta da questão que o Lula e o Sindicato dos Metalúrgicos ali do ABC levantavam, daquela... Bueno. Era ministro da Fazenda o Antonio Delfim Neto, da ditadura, e ele tinha feito um cálculo da inflação que tinha surrupiado do reajuste dos trabalhadores um percentual significativo, e o DIEESE provou por a+b que tinha sido um surrupio mesmo, e um argumento incontestável, então não era só uma questão político ideológica, era uma questão básica, um dado da realidade, do arrocho, e que... aquilo estava nos mobilizando. E os metalúrgicos, o ABC, o centro mais dinâmico da economia do país e da classe trabalhadora mais concentrada, estava levando isso; e nós, lá também, já com esse debate. E então,

juntamos essas coisas, chamamos, e o Lula esteve lá no Sindicato dos Bancários. E nos conhecemos então pessoalmente. A partir daí tivemos uma relação constante, permanente, na luta, na amizade, nas relações, inclusive, entre as nossas famílias e tal. E também, nós começamos a trabalhar a nível nacional, criando condições, por dentro da ditadura e na luta democrática, de fugir das perseguições ou das limitações impostas pela ditadura. Então nós bolávamos. Bom. Tinha o aniversário do Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais lá de João Molevadi. Bom. Vamos lá. Tem uma luta nossa, que conseguimos... Eu acho que nem tinha conquistado o sindicato. Mas tinha uma luta grande pela base. E o João Paulo, era um companheiro, ele tinha militância na periferia da igreja e tal. Bom. Arrumávamos uma situação para irmos, de diferentes regiões do país, lá naquele ato, comemorar o aniversário; mas, na verdade, nós fazíamos era uma reunião, para ver como é que se encadeavam as lutas, como é que estavam indo, trocar experiências, enfim, o sindicato dos bancários, o sindicato dos metalúrgicos; a posse do Lula foi um grande acontecimento, foi a segunda, parece, vitória do Lula. E por aí foi-se criando também consciência da nossa estrutura sindical, do sindicalismo pela base, das centrais, ou *da* central, que era a vontade ter uma central. E com isso, também andando a ANAMPOS, aquela articulação nacional dos movimentos populares, eram tudo movimentos que se completavam, se entrelaçavam, tendo as suas especificidades e as suas... Mas enfim. Essas coisas depois, desaguaram nos grandes encontros que... Praia Grande. E depois uma cisão, de onde saiu, numa, a CUT, depois noutra, a CGT. Mas também, por dentro desses movimentos, dessas coisas foi se constituindo um amplo espectro de...

M.M. – E como é que você toma contato com essa idéia de criar um partido?

A. F. – A gente está falando, dentro do sindicato, esse contato com as divergências da esquerda, nesse contexto da redemocratização elas começam a aparecer até com mais nitidez.

O.D. – É. Começam a aparecer. Lá por 77, acho, 78, nós já tínhamos tratado dessa questão, que ela vinha vindo. Mas nesses nossos encontros, se trocava idéia sobre isto. Eu confesso que eu era mais retraído no debate dessa questão. O Lula sempre foi mais...

M.M. – A idéia de criar um partido.

O.D. – É. Eu era mais retraído. Não que fosse contra, mas era mais... Não sei. Não era desconfiança, era um certo temor que isso pudesse dividir o que nós tínhamos ainda que

unificar com mais força e tal. Mas nunca tive também um embate para tencionar bem isto. Fui me convencendo que era importante trabalhar a dimensão política da luta, econômica, da luta localizada, das lutas sindicais, lutas comunitárias, foi me convencendo concretamente que as estruturas partidárias de então e de antes do próprio golpe não tinham sido suficientes, não eram e nem tinham perspectiva de ser e que... Isso foi um convencimento, que foi se dando e foi num processo.

A. F. – Na eleição de 78, a militância do sindicato teve algum papel, chegou a se envolver diretamente com a esquerda do MDB? Porque a esquerda do MDB era bastante forte, bastante organizada.

O.D. – Sim. Nós... Aí tinha o Fernando Henrique Cardoso, circulava como grande sociólogo, se comunicava muito bem, reunia a juventude na universidade, e eventualmente nós, as lideranças sindicais iam, em ocasiões em que ele estava falando. A volta dos exilados, o Gabeira, também, fazia reunião e tal...

M.M. – E o próprio Brizola. Porque imagino que o Brizola, que era uma superliderança no Rio Grande do Sul...

O.D. – É. Mas o Brizola chegou aqui quando nós estávamos em greve, em 79. E ele não quis vir para Porto Alegre enquanto a greve não fosse debelada.

M.M. – Isso aí já sinalizou.

O.D. – É. Ele veio até Carazinho, achando que a greve ia se esmilingüir. E a greve tinha força, era de baixo para cima, aí ele voltou de Carazinho para São Borja, para não vir para Porto Alegre e não ter que ter alguma posição. Bueno. Mas o certo é que tinha então... Eu lembro, quando surgiu a idéia do PT, eu, presidente do sindicato, eu fazia tudo para não envolver a minha ação como presidente com a minha de integrante da comissão pró PT.

M.M. – Mas você, mesmo tendo cuidado, acabou entrando na comissão.

O.D. – Claro. Fui, integrei a comissão pró PT, a primeira dela, com convicção mas também sempre muito cuidadoso com essa questão. Talvez por não saber fazer bem, não é, enquanto, exatamente, o Lula, o pessoal lá mais escolado, mais experimentado, num campo de...de legalidade mais instigante, mas o certo é que eu trabalhava com muita consciência, mas sempre... Eu lembro bem que eu estava no sindicato, um companheiro, funcionário do

sindicato, modesto companheiro funcionário do sindicato, *seu* Adão, chegou para mim, disse: “*Seu* Olívio, o senhor é uma pessoa que a gente gosta muito aqui, tem o senhor como uma referência nossa aqui de trabalhador do sindicato, o senhor agora está nessa... eu soube pelo jornal que o senhor está nessa da luta do partido do PT. Já faz tempo isso. Mas como o senhor nunca nos falou isso, o dr. Tarso, (que era advogado do sindicato e era militante do PMDB) o dr. Tarso tem nos chamado lá no gabinete dele para nos filiar no PMDB, por conta de que tem umas disputas lá, e a área dos trabalhadores no PMDB pode ganhar força. Mas o senhor é do partido do PT, a gente tem um respeito e gosto muito grande pelo senhor, e eu queria saber se o senhor quer que a gente se filieie ou não no PT.” E aí eu fiquei encabulado, não é, porque eu não falava isto dentro do sindicato. Eu não falava, para não misturar as coisas, e já tinha um trabalho ali. Bueno. Eu digo: “Olha, *seu* Adão, foi bom o senhor me falar porque aí a gente, numa outra ocasião e fora aqui do sindicato, vamos fazer uma reunião aí, vamos tocar adiante essa discussão que, realmente, já vem andando.” Bueno.

A. F. – O Tarso era o Tarso Genro.

O.D. – Era o Tarso Genro. Aí, numa outra ocasião, o Tarso me convida para ir na casa dele, lá na avenida Assunção, em Porto Alegre, porque o Fernando Henrique Cardoso estava numa reunião e tinha intelectuais lá, eles queriam também uma liderança sindical, como era eu, como eram outros, disse que iam até convidar para ir lá. Eu fui nessa reunião na casa do Tarso. O Fernando Henrique Cardoso estava lá. Eu sentei num cantinho, meio longe, desconfiado, e eu, cabelo no bigode e tal, eu sei que eu fiquei lá ouvindo, atentamente. E o Fernando Henrique foi fazendo uma conversa meio que desconsiderando o movimento pró PT e criticando, era uma outra concepção de partido, partido popular e tal, que não era o do Setúbal mas era... enfim e tal. Então, o Fernando Henrique estava ali com aquele grupo de intelectuais da esquerda do PMDB e outras e tal, e eu fiquei... não dei nenhuma palavra. Eu sei que, bem mais tarde, o Lula me fala que o Fernando Henrique teria dito para ele: “Lula, tu tem um amigo teu lá em Porto Alegre, aquele sindicalista bancário, mas eu acho, pelo que eu percebi do jeito dele lá, eu acho que aquele cara, no mínimo, é do PCBR.” [risos] E aí... Bueno. Depois, mais tarde...

M.M. – Mas por que ele fez essa avaliação?

O.D. – Eu não sei porquê. Eu não fiz nenhuma pergunta para ele. Eu fiquei quieto, só fiquei quieto.

A. F. – Achou com cara de radical. [ri]

O.D. – Mas talvez, o meu bigode, eu tenho um cabelo... [risos] E mais adiante teve um grande encontro lá em São Bernardo, não é, com Fernando Henrique e outros lá, e aí, eles tentaram, desmontamos nós, mas lá na base, aquela idéia do Fernando Henrique de desconstituir o movimento pró PT. Aí tomou força. Eu sei que, claro, aí, fizemos todo aquele esforço, não é, dentro daquela *levelação* da ditadura e impeditiva, criava tudo que era percalço, e nós tivemos que sair a campo, como fizemos. Antes, nós tinha feito movimentos, eu me lembro, aqui, perseguido pela Polícia Federal, por conta do Jarbas Passarinho, (que) tinha sido ministro do Trabalho, tinha sido depois ministro da Previdência e tinha um projeto de mudança da previdência, desconstituindo direitos, e nós fizemos movimento, assinamos carta, documentos, andamos escondido da Polícia Federal para pegar o maior número possível de lideranças de base sindical, as federações pelegas impedindo, enfim...

M.M. – 79 foi o ano em que você foi preso, não é?

O.D. – É. 79 então, essa greve, que veio desse processo todo, uma greve com um vigor enorme...

M.M. – Começou lá em Porto Alegre essa greve.

O.D. – Claro, em Porto Alegre, essa greve. Uma greve que, evidentemente, significou uma conquista econômica pequena, que foi a unificação da data base, mas um avanço político importante, com consciência...

M.M. – Unificou o movimento a nível nacional.

O.D. – Unificou a nível nacional enfim, e se inseriu num processo de luta afirmativa contra a ditadura, o poder dos banqueiros enfim.

M.M. – Essa greve deu espaço para a unificação do movimento dos bancários na esfera nacional. Quem eram os principais interlocutores de outros sindicatos bancários nesse momento?

O.D. – Tinha o pessoal de São Paulo, tinha na Bahia, tinha Minas Gerais. Eu esqueço às vezes os nomes, mas lembro do Arlindo, de Minas, que o Arlindo era inclusive de uma relação na base católica. Na Bahia tinha um companheiro que era do PC do B, em São Paulo, eram diferentes correntes, o Augusto (Campos) mais outros, tinha também aqui em Curitiba.

Mas na maioria dos sindicatos, na verdade, eram as oposições sindicais, a luta na... que ainda não tinham conquistado o sindicato, mas tinha força enorme na base. E claro, nós tínhamos também... nós demandávamos junto a parlamentares coisas, tanto do governo local, estadual, nacional, e isso comprometia alguns parlamentares. Outros faziam um discurso ambíguo. Enfim. Isso tudo ia criando uma idéia de que tinha que avançar no processo de construção de um partido com outro compromisso com a origem das lutas e pudesse levar adiante os interesses da classe trabalhadora pela política.

A. F. – Vocês chegaram a, realmente, no sindicato, ter um nível de organização de base muito forte. Eu lembro que o índice de sindicalização da categoria chegou a oitenta e tantos por cento, quer dizer, era uma coisa muitíssimo acima da média.

O.D. – É. Na nossa base sindical, oitenta e cinco por cento eram sindicalizados. E nós desencadeamos um processo em que o sindicato foi se tornando cada vez mais independente do imposto sindical. Nós não podíamos acabar com o imposto sindical, infelizmente, até hoje não acabamos; mas, naquele momento, nós desencadeamos um processo de discutir isso com a categoria, discutir nas assembléias e ter formas de, conscientemente, os filiados saberem que tem importância e que está dando recurso para o sindicato ter aplicação, sem depender daqueles do imposto sindical, que é para aquelas coisas que a Delegacia Regional do Trabalho fiscaliza, cobra, exige, por qualquer coisa está enquadrando o sindicato num controle de cima para baixa. Infelizmente ainda temos o imposto sindical. Isso é uma discussão ainda não concluída. Acho um equívoco que ainda tenha companheiros do campo da esquerda tergiversando sobre essa questão. Na Constituinte, eu fui constituinte e lembro bem, quando chegou a hora de unificar o campo da esquerda contra a estrutura sindical, tinha essa questão do imposto sindical, a Confederação Nacional da Indústria e os representantes do antigo PC e grande parte da representação de esquerda se somaram para impedir uma votação que extinguisse o imposto sindical. Quer dizer que é uma questão séria aí, que tem levado a que a estrutura sindical não (), que eu acho que está a base exigindo e as condições novas do país também.

M.M. – Nesse contexto então, da greve de 79, você foi preso e o sindicato sofreu uma intervenção.

O.D. – Mais uma, não é. Porque ele já vinha de outras intervenções.

M.M. – Mas no seu período, depois que você foi eleito, ele não tinha tido intervenção.

O.D. – Claro que não. Eu já era a terceira direção eleita pela categoria, sem intervenção. Mas aí houve a intervenção. Nós fomos presos pela Polícia Federal, advogado e toda essa coisa. Fiquei quatorze dias. Eu, depois foi preso o Felipe, depois foi preso outro companheiro, foi presa também a Maria, que hoje está lá no Rio de Janeiro, que era carioca, e estava aqui, foi preso o Jesus Carneiro Cruz, foram presos... Alguns ficaram algumas horas, outros, dias. Eu fiquei quatorze dias. E nesse ínterim, claro, a Intersindical nacional se mobilizou, Lula, Jacob, Wagner e Arnaldo, e tantos outros vieram aqui, pressionaram o Congresso, pressionaram o governo do estado, a Assembléia, enfim. A prefeitura, sem demora ela tirou a licença de nós nos reunir no auditório Araújo Viana, que era o espaço mais adequado, por conta que o regime exigia, e eles eram nomeados, então...

A. F. – É. Houve até um grande show de solidariedade a você, do Chico.

O.D. – Isso. Claro. Um grande show. Muita solidariedade e muita movimentação, mobilização da base das igrejas, não só da igreja católica, na igreja de confissão luterana, dos movimentos sociais, até de bairros. Mas... Bueno. Por isso mesmo a greve se sustentou, porque não dependia exclusivamente da nossa liderança ou da presença física nossa no comando; e tinha uma estrutura, também, de comando, que nós fomos estruturando no tempo. E ela resistiu por um bom período. E é isso que eu digo. O Brizola chega nessa época no Brasil, entra por São Borja para não chegar aqui em Porto Alegre, por conta da greve e tudo que ela estava representando. Mas depois de tudo isso, tinha um companheiro, que é o João Paulo, do Vestuário, em Porto Alegre, que tinha uma relação muito estreita conosco na Intersindical, nós, a direção que foi destituída e cassada, nós nos instalamos no Sindicato do Vestuário, na Pinto Bandeira, 513, no centro de Porto Alegre; e o João Paulo era do PDT, portanto trabalhista. Aí, por conta dele e tudo, mais uns meses, foi levado por eles a conversar com o Brizola, aqui em Porto Alegre, numa casa num bairro chique aqui em Porto Alegre, e fiquei umas três horas conversando com o Brizola – na verdade, ouvindo o Brizola, não é, porque conversei muito pouco. [ri] Ele ficou muito chateado porque, na minha conversa, eu dizia: “Olha, governador, nós estamos cassados, fomos presos, o sindicato está sob intervenção, e os militares não precisaram usar nenhuma lei de exceção, nenhum ato institucional, eles se basearam na CLT, (e eu sabia de cor os artigos de CLT) artigo tal, tal da CLT, para intervir no sindicato. Não foi com base na legislação de exceção.” “Bah! Isso é

um absurdo. A legislação trabalhista é uma conquista do povo trabalhador. Tem, sim, coisas a serem reformadas, mas... Um dos orgulhos nosso é esta legislação. Eu acho que há uma incompreensão...” Ele já estava também em contradição com o Lula, porque ele estava vendo o Lula não com os olhos de quem chega aqui para reconhecer os movimentos. O Brizola eu penso que chega ainda aqui muito achando que ele era...

M.M. – O dono da cena.

O.D. – É. Bueno. Ele demorou um pouco para aprender isso. Mas ele era... Eu não estou tentando desconstituir a figura histórica, a importância do Brizola, do trabalhismo social. Mas, nesse momento, ele estava com ressentimento, por conta de um movimento social operário, de trabalhadores, não dentro do esquema do trabalhismo, como também não estava dentro do esquema dos partidos tradicionais da esquerda. Bom. Essa conversa. Depois, também, o Brizola foi convidado, estive lá numa reunião no ABC com a massa operária lá, e lá também... [ri]

M.M. – Não deu muito certo.

O.D. – Não deu muito certo. Claro, depois o Brizola veio a compor conosco numa eleição para presidente da República. Foi vice, não é, do Lula (?), foi em?...

A. F. – 98.

O.D. – 98. Bom. A história aí... Veja que eu fui candidato a governador do estado, como o Lula foi, em 82. A primeira eleição que enfrentamos. E nós tínhamos que ter candidaturas a governo do estado em quatro ou cinco unidades da federação. Sei que Lula foi, em Santa Catarina nós tivemos aquele companheiro que hoje é diretor do Banco do Estado de Santa Catarina...

M.M. – Aqui foi o Lysâneas Maciel.

O.D. – É. Aqui foi o Lysâneas. Esse era um grande companheiro, que veio do antigo MDB, companheiro militante da igreja de confissão luterana. No Rio Grande do Sul fui eu, lá em Minas, não me lembro, foi o Wagner, eu acho. No Rio de Janeiro, foi o Lysâneas aqui. Eu sei que nós completamos as candidaturas no número mínimo. E também candidaturas ao Senado e tal. Uma coisa que a nossa construção se esforçou e conseguimos superar aquilo. Não elegemos nenhum governador. No Rio Grande do Sul, elegemos, em todo o estado, um

único vereador, que foi em Porto Alegre, o Antonio Holfelt, que hoje não está mais no PT, está no PSDB inclusive. Mas foi uma sementeira importante e uma divulgação de base.

A. F. – E como é que foi, pessoalmente, essa campanha? Fazer campanha para o governo, assumir esse papel de candidato pela primeira vez?

O.D. – Ah, sim, claro. Nós tínhamos também uma disposição incrível. Uma coisa muito espontânea quase. E era também... Nós não pensávamos muito nesta questão de estabelecer... digamos, de conhecer bem a realidade no seu detalhe, o funcionamento do estado e da máquina pública, nós de plano entendíamos que essa máquina e esse estado eram os responsáveis por todas as desigualdades, as injustiças e a situação, que nós tínhamos que alterar. Então, era muito com o coração, a emoção mas, evidentemente, uma convicção muito enraizada, por conta das histórias das lutas sociais, de que o povo tinha que protagonizar a história e o PT tinha esse papel, independente de ganhar ou não aquelas eleições. Bueno. Eu acho que são coisas importantes, valores fundamentais que, hoje, nós estamos vendo que não precisam ser repetidos mas precisam ser resgatados no seu fundamento, na sua substância, para o partido não ser um partido do pragmatismo político, da absorção pela institucionalidade, que o distancia das lutas e dos movimentos sociais e que faz dos cargos um elemento de enorme importância para a ação política, quando o partido não surgiu de cargos, nem nos legislativos nem nos executivos, surgiu por dentro de um processo de luta do povo brasileiro de resgatar alguns desses valores ou eles a sua substância é fundamental para superar a crise que nós estamos vivendo; que diga-se de passagem é também uma crise instigante, que pode possibilitar o partido se refazer, se recompor sem precisar virar passadista; e, também, muito menos se confundir num socialismo de fachada ou numa visão de Estado do bem-estar social sem maior preocupação com a transformação das estruturas, que façam o Estado estar sob controle da sociedade e a sociedade ser uma sociedade superadora da que nós vivemos, cheia de injustiças, de desigualdades, de guerras, de egoísmo, de individualismo. Eu penso que o PT tem uma tarefa que está longe de ter sido cumprida, embora os avanços significativos, a riqueza das experiências, e que é desafiadora e tem que ser assumida integralmente. Isso significa também trabalhar a idéia do socialismo, da democracia, da transformação, sendo um partido que conquista espaço na institucionalidade tanto nos legislativos como nos executivos, mas não pode se submeter a eles. O partido tem uma visão estratégica de sociedade e de controle dela sobre o Estado e que, evidentemente,

tem que exercer mandatos e fazer o máximo do seu programa no período dos seus mandatos. Ele é um partido com uma visão estratégica, portanto ele pode ser um partido de sustentação dos seus governos, dos seus mandatos, mas de instigação ao protagonismo e de cobrança permanente a si mesmo, para que as coisas avancem e nós possamos ir criando uma cultura por dentro da velha cultura, da política do toma lá, dá cá, a política como a construção do bem comum, com consciência e protagonismo de todas as pessoas. Eu não tenho uma chave nem uma concepção fechada de socialismo. Eu acho que não existe isso. Nas lutas sociais no mundo inteiro, nós podemos tirar dali muitas lições, ensinamentos; e das nossas experiências, acho que podemos tirar muitas lições dos erros, sabendo valorizar os acertos, evidentemente; mas, fomos governo, e eu tive ocasião de ser prefeito de uma cidade importante como é Porto Alegre.

M.M. – Pois é. A gente queria falar um pouco dessa sua experiência e dessas outras experiências. Depois dessa derrota nas eleições de 82, você volta para o sindicato. Aí é um novo momento, momento de construção do PT e também das eleições, porque você vai ser candidato, em 86, a deputado federal.

O.D. – Constituinte. É. Nós reconquistamos o sindicato, num processo, não é, e assim como em várias outras categorias no país, processo de luta democrática, nós não abrimos mão de retomar o sindicato, recuperar, não para nós dirigentes mas para a idéia, para a categoria, aquela ferramenta e poder tocar adiante as lutas. E nós recuperamos o sindicato. E isso teve apoio muito importante e especial das demais categorias e em particular dos trabalhadores do vestuário de Porto Alegre e o seu sindicato, que nos sediou no tempo em que nos organizávamos para essa reconquista do sindicato. E aí, claro, eu volto para o banco. Não fiquei em cargos no sindicato. Voltei para o meu trabalho no banco. Depois vem a luta pela Constituinte. É bom lembrar que nós tínhamos um desejo de uma constituinte específica: autônoma, livre, soberana, exclusiva e tal. No fim, na luta social, acabamos tendo um congresso constituinte. Congresso constituinte com senadores que nós chamávamos biônicos, biônicos constituintes, porque o mandato deles era de oito anos, portanto, na eleição da Constituinte, eles tinham mais quatro anos pela frente. Entre eles uma boa figura, que é o Bisol, que era também desses... Mas enfim. Fui eleito deputado federal constituinte pelo PT, junto com o companheiro Paim, um metalúrgico. Eu tive a maior votação, o Paim foi o segundo mais votado e nos elegemos os dois. Aí o Tarso já estava no PT, o Tarso Genro, e aí

foi eleito primeiro suplente. Bom. A nossa idéia era exercer o trabalho na Constituinte... Eu vinha da CUT já, porque eu fui também dirigente da CUT, e vinha da Secretaria de Ciência e Tecnologia da CUT – não sei se tinha esse nome ou era de Automação, qualquer coisa assim –, e portanto, na Constituinte, trabalhamos muito essa questão da ciência, da tecnologia, da automação, das relações de trabalho, a questão toda...

A. F. –Porque estava tendo um impacto muito grande na categoria bancária isso.

O.D. – É, na categoria bancária. Bom. Eleito para constituinte, na verdade eu tinha também sido secretário sindical da CUT, ou seja, secretário sindical do PT, a primeira secretaria sindical do PT, eu presidi; eu também fui presidente do PT do estado do Rio Grande do Sul, para os três primeiros mandatos; fui primeiro vice-presidente do PT nacional (em 85), depois secretário geral do PT nacional, também eu fui, mas não me lembro em que período, depois fui presidente nacional do PT, (em 87) substituindo o Gushiken, se não me engano.

M.M. – Acho que foi o Lula, não?

O.D. – Ou o Lula.

A. F. – É. Foi o segundo, o segundo presidente nacional do PT.

O.D. – É. Isto. Depois é que veio o Gushiken, não é? Não me lembro.

A. F. – Isso.

O.D. – E aí teve as eleições municipais em 87. 88, aliás. A eleição se deu em 88. Exatamente na fase dos dois anos da Constituinte, porque a Constituição foi promulgada em 88. De certa forma, na prática, se deu aquilo que nós queríamos, fazer a Constituição e depois voltar para as nossas atividades. [ri] Comigo se deu pela forma... veio pela forma indireta.

M.M. – Como é que foi essa experiência de sair da vida sindical, que era uma coisa extremamente ativa, de contato permanente com as bases, para a atividade parlamentar em Brasília?

O.D. – Não foi fácil e nem foi bem assimilado pela gente. A gente sempre esteve bem mais, eu acho, no movimento sindical, social do que na Constituinte. Nós, primeiro, nos instalamos em Brasília, num único apartamento, o Lula, o Paim e eu. E depois, mais adiante, uns meses depois, o Paim foi para o seu apartamento. Nós, eu e o Lula, ficamos durante todo

o tempo comungando aquele espaço. E ali era, na verdade, reuniões do movimento sindical, o pessoal vinha, se instalava lá e ficava, e nós...(muitas vezes?, *sussurrando*) tínhamos jeito de administrar aquilo. Mas era o nosso pé no movimento social, sindical, direto e a ponte, ali, com os trabalhos da Constituinte. Nos deslocamos muito pelo país, com os movimentos, levantando questões, trazendo as coisas de lá de dentro da Constituinte; e o Centrão, aquele que foi se formando e... enfim, nossas lutas. Lá, nós tínhamos uma (bagagem), se não me engano, de dezesseis petistas; no campo da esquerda, lá, éramos poucos. Acho que não chegamos a cinquenta ou sessenta. Mas tinha um campo mais extenso, assim de...

A. F. – Progressista.

O.D. – Progressista, não é. Foi. A Constituinte já veio no bojo de um movimento, que fez com a direita mais ali não pudesse se impor; mas ela se articulou por dentro da Constituinte, e o Centrão, ele se sobrepôs às articulações mais progressistas; a esquerda ou coisa ali, nós ou não trabalhamos bem essa visão ou as condições mesmo, ali, eram desfavoráveis para um avanço mais significativo, não só no texto, no conteúdo, mas na forma de amarrar mudanças na estrutura do Estado brasileiro, na estrutura dos três poderes enfim. A chamada Constituição cidadã é avançadíssima; mas, hoje, estamos aí com grande parte dos artigos da Constituição dependendo de regulamentação desde 88 e tantos outros já modificados por reformas na Constituição, por dentro das legislaturas posteriores; então, uma situação que ainda está dependendo de mais avanço. Essa coisa que no Brasil, sempre, a coisa parece que vai desabrochar em algo mais... digamos, com radicalidade democrática maior, mas as elites, as suas representações sociais, políticas, têm uma capacidade enorme de se recomporem entre si, e o campo democrático, a esquerda, ainda está claudicando num projeto maior e numa articulação também... E daí que eu acho o papel do PT muito singular e significativo, sem hegemonismo, mas com compromisso de trabalhar essa questão, de desatar esse novelo, não é, que, na história do Brasil, sempre parece que vai ser desatado em determinado momento, para avanços maiores, e há uma recomposição do campo do centro conservador, e as coisas mudam para não mudar nada ou para mudar muito pouco. Bom.

M.M. – Mas aí, terminado o processo da Constituinte, você vai ser candidato a prefeito de Porto Alegre. Nós temos que chegar a isso, porque aí é um ponto importante, nós não podemos perder.

A. F. – Eu queria até comentar um pouco porque essa parte eu acompanhei bem. Quer dizer, uma campanha, a campanha de 88, muito diferente, radicalmente diferente de 82, apesar de tão pouco tempo. Quer dizer, já havia uma sensação de que o partido estava realmente ganhando ali mais adesão, uma dimensão de partido de massa; mas ao mesmo tempo muito marcado, também, por problemas, que vão se estender depois, inclusive, na disputa interna. Porque a gente olha para trás, parece natural que Olívio fosse candidato...

O.D. – Mas tinha seis candidatos.

A. F. – Mas foi uma disputa tensa. Eu queria que falasse um pouco sobre isso.

O.D. – Quer dizer, não tinha prévias. Mas tinha encontros, eu acho que com muito mais substância inclusive, em que se discutia programa, proposta, visão de governo, de Estado, de poder, de relação possível com a cidade e a região, as lutas. E isso era uma discussão que não se esgotava numa única reunião. Se faziam diferentes reuniões, e depois, no final, se apresentavam as postulações de candidaturas. Eu me lembro que tinha seis nomes de companheiros petistas nesse encontro.

M.M. – Pré-candidatos.

O.D. – Pré-candidatos. Bom. Eu fui indicado, não foi por unanimidade, e até por uma margem pequena de diferença com outras candidaturas. Mas, enfim, foi assumido integralmente pelo conjunto do partido. E foi uma bela de uma campanha.

M.M. – Tarso Genro era candidato a vice.

O.D. – Isso. Porque ele também postulava ser candidato. Mas aí... Bom. Trabalhamos, depois, para ter ele como sucessor. Trabalhamos. Sendo governo e tal. Mas aí ele veio assumir o mandato na Câmara federal. No primeiro ano, nós não pudemos contar com ele.

M.M. – Ele era seu suplente.

O.D. – É. Ele era o primeiro suplente. E nós achávamos que tínhamos que contar com ele, que ele ficasse e desse a suplência para o Antonio Marangon, que era o segundo suplente. Mas não. Ele optou em vir exercer o mandato dele aqui. Nós ficamos lá. Porque a idéia era... o vice era um cargo de relevância na estrutura administrativa, que era o secretário de Governo. Como ele optou por (), tivemos que colocar secretário de Governo um outro companheiro. Depois, também assumiu o próprio Flávio Kutz. Mas depois de um ano, no

ano seguinte, o Tarso – não sei se um ano ou dois anos depois, eu acho que foi um ano depois – ele reassume lá e na função de secretário de Governo. Nós fizemos de tudo para... aí, criando um ambiente que não fosse de maior disputa entre nós e facilitasse uma coesão e uma indicação, já, dele como nosso sucessor. E ocorreu assim.

A. F. – Voltando um pouco. Essa campanha de 88 é uma campanha que, teve a disputa interna, depois, a disputa eleitoral, também, foi uma disputa bastante acirrada. Teve eleição de turno único, tinha a candidatura do Brito...

O.D. – E a do Collares. Aliás, o Collares era o prefeito. Era a situação. E o seu candidato era o Carlos Araújo, que era advogado trabalhista, inclusive, do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, tinha uma relação conosco muito grande, na base. Foi uma situação muito delicada, porque era o trabalhismo social, mais à esquerda, representado pelo Carlos Araújo, e nós, o Brito, representando a composição PMDB. Não me lembro se tinha outro também. Enfim...

A. F. – PMDB e como candidato com apoio muito forte da mídia.

O.D. – Com apoio muito forte da mídia. O Brito era dado como o provável vitorioso, não é isso? E ganhamos nós. Como não tinha segundo turno, nós, a nossa votação foi superior à de cada um deles. Mas se vai somar o percentual deles, somado, era maior do que a votação que nós obtivemos.

A. F. – Foi entre 34% e 35.

O.D. – 35, não é. 35. Fizemos um governo que buscamos compor com o PC que existia, o PC do B, eles tinham estado apoiando. Não estavam conosco na nossa chapa, mas nós tínhamos relação com eles na base e portanto já... A Jussara Cony compôs conosco, fazendo o trabalho comunitário e tal, enfim, o pessoal do antigo Partidão também, setores do trabalhismo também. Bueno. Fizemos um governo que eu acho de transformação, e o orçamento participativo começou a ser implantando.

M.M. – Como é que foi essa idéia de implantar o orçamento participativo? Era uma coisa totalmente nova para o PT, assumir uma prefeitura, um cargo executivo de uma grande cidade brasileira.

O.D. – É verdade. Um desafio. Um desafio enorme, porque nós vínhamos dos movimentos sociais, não é.

M.M. – Gestão é outra coisa.

O.D. – É. E gestão é outra coisa. E nós, impetuosos, cheios de vontade de chegar e mudar, e sem ter a dimensão do que é que era a máquina, aquele peso, aquele funcionamento daquela estrutura enfim. Como se assenhorear daquilo, como...

M.M. – Saber tocar a máquina.

O.D. – Saber tocar. Bom. Então foi um... digamos, nós tivemos que mergulhar de corpo inteiro nessa realidade. Significou também trazer para essa experiência os melhores quadros que nós tínhamos.

M.M. – Do Brasil.

O.D. – Não. Do nosso partido em Porto Alegre, no Rio Grande.

M.M. – Não foram pessoas aqui do Rio ou de São Paulo ajudar lá?

O.D. – Não. Eram os melhores quadros no Rio Grande, em Porto Alegre. E então, isso... Claro, o partido continuou funcionando, existindo, tendo espaço de discutir as políticas de governo, participando da comissão política. Enfim, teve uma relação sempre muito estreita com o partido na construção das políticas, no acompanhamento da sua execução; e o partido, cobrando também, mas também respaldando aquilo que ele ajudava a construir. Bueno. O orçamento participativo era uma espécie de compromisso nosso. Sem esse nome, não é. Bueno. Porque, sempre, as autoridades nos diziam que o orçamento era um coberto curto, para cobrir a cabeça tinha que destapar os pés e vice-versa. E nós nos perguntávamos: mas, um cobertor, alguém tem que fazer esse cobertor. Quem é que faz esse cobertor e decide a espessura, a largura, o comprimento? Bueno. Se não tem dinheiro, tem que ser explicado. E tem que ver, se não tem dinheiro para fazer tudo, tem que estabelecer prioridades. Então, quem é que discute isso? Bueno. Para nós, quem discutia eram os governantes, a burocracia e os empresários. E nós dissemos que não podia ser assim, que tinha que abrir essa discussão; e tinha que começar desde o primeiro dia, desde o primeiro mês.

M.M. – E essa noção, ela nasce lá em Porto Alegre.

O.D. – Nasce lá e vem de nós, a luta nos movimentos. Vem vindo aos poucos...

A. F. – Já vinha algum debate no PT nacional.

O.D. – É. Eu mesmo tinha, eu mesmo, como militante sindical, nós já tínhamos andado em outras situações, sem jamais imaginar que um dia íamos ser prefeito, governador ou governante, nós andávamos no movimento do sindicalismo e eu me lembro que em Lages, em Lages tinha uma experiência que nós visitávamos... Lages é Santa Catarina.

A. F. – Pertinho da divisa.

O.D. – É. E tinha um prefeito, depois veio a ser senador, um cara muito simpático – hoje, não sei se está no PSDB ou PMDB, ele era MDB – e ele tinha uma experiência muito rica, e nós visitamos, junto com os trabalhadores...

A. F. – De participação popular. Tinha um livro do Márcio Moreira Alves sobre essa experiência de Lages

O.D. – É. Mas escrito depois ou mais recentemente. Mas aí, o que é que era? Eram mutirões nas vilas populares, para abrir ruas, construir casas, espaços, enfim, um princípio bom. Depois, eu me lembro que tinha um outro município, aqui no Rio de Janeiro, e o prefeito era da Arena, inclusive, mas tinha um princípio de organização popular comunitária, embrionária, mas que, para nós... junto com os movimentos, que era a luta... naquele tempo nós tínhamos os movimentos nacionais de luta pelo transporte coletivo, moradia, saúde. Bom. Então...

A. F. – Tinha os conselhos de saúde na zona leste de São Paulo.

O.D. – É. Então... Então não é uma concepção nossa, surgida por acaso ou nascida de geração espontânea, ela vinha num processo. Mas aí, diante daquela realidade, bom, nós começamos... não começamos com o orçamento participativo prontinho, acabado, não. Vamos reunir com as comunidades dos bairros onde tem um mínimo de organização, vamos dizer que nós chegamos no governo para abrir uma discussão que, antes de ser governo, nós já propúnhamos. Qual é a receita e qual é a despesa, quais são as prioridades e quem define isso? Evidente que nós tivemos que tomar pé no que é que era o orçamento, receita, quem pagava imposto e tal, dívidas, essa coisa toda. E um montão... bah!

A. F. – Ao mesmo tempo, vocês pegaram uma situação financeira muito difícil...

O.D. – Precaríssima. Mas precaríssima.

A. F. – Conflito com o empresariado dos transportes muito acirrado.

O.D. – Transporte coletivo nas mãos do empresariado. Dívidas com empreiteiras, que tinha, na verdade, que ver se era aquilo mesmo. Era uma situação muito complicada. Muito complicada. Sem recursos no caixa e com o funcionalismo público ganhando mal e o governo anterior deixando um reajuste que duplicava a folha de pagamento, sem ter receita. Nós tivemos que encarar tudo isso. Não negamos o reajuste para o funcionalismo, tratamos de pagar. Organizamos as contas, fomos ao Simon, era o governador, nós mostramos: olha, nós temos tais e tais condições aqui, queremos para esse ano um empréstimo de cem... era cem mil reais, (não me lembro da moeda da época) para nós pagarmos, daqui até o fim do ano, porque... E nós fizemos esse empréstimo no Banco do Estado. E o governador era o Simon. E pagamos religiosamente. É bom lembrar que era o primeiro governo das prefeituras depois da Constituinte, depois da Constituição. Na Constituição, nós temos um retorno maior garantido para os municípios. Então começava a vir mais retorno para os municípios. E nós mexemos também na base da receita local. E o IPTU, brigas enormes, não é, para fazer o IPTU progressivo. E acabar com contratos que tu gastavas sem necessidade e sem a execução qualificada do serviço. Então foi um embate por dentro e para fora com interesses poderosos, que nos possibilitou, via esse debate sempre aberto e constante com a população, ter força política para inverter prioridades. E conseguimos. Conseguimos. Esses dias estava conversando com o Collares. Que é uma pessoa... Eu dizia ao Collares: Pô, nós fizemos uma obra que é menos de um terço do que vocês fizeram na nossa cidade, e eu tenho aquela obra como uma coisa que... essa população jamais vai esquecer. Imagina vocês, com as obras que vocês fizeram, perimetral e tudo, vocês não sabem é explorar isso do ponto de vista eleitoral, político.” Eu incitei o Collares, não é. E aí fiquei pensando comigo. O Collares fez aquela avenida Beira Rio, que vai da ponta do Gasômetro até lá a catedral do Esporte Gaúcho, que é o time do colorado, e ele fez um financiamento, financiamento que nós, nosso governo pagou desde a primeira até a última prestação. [risos] Então fomos nós. Mas tem que ser assim, é uma obra pública; e foi bem enquadrada. Nós mexemos, evidentemente, na concepção urbanística, porque ele queria, ele facilitou a construção civil para ela poder, inclusive, colocar edifícios entre a avenida e o rio. E nós mexemos em tudo isso...

A. F. – Porque tinha interesse em deslocar o centro da cidade para aquela área.

O.D. – Claro. Não tem que ter construção nenhuma entre a avenida e o rio. Além de ter mexido nisso, garantido, portanto, o espaço urbano, rico para a cidade, ali, nessa dimensão da não poluição visual, da garantia daquele espetáculo do pôr do sol, independente de quem está pertinho do rio, nós também pagamos a obra, da primeira à última prestação. Bueno. Mas o orçamento participativo então foi tomando corpo. Essas reuniões, elas começaram a acontecer primeiro nos bairros, nos espaços onde já tinha uma história de organização, organização popular. Porto Alegre, aliás, tem uma história no movimento social popular, de vila e de bairro, em Porto Alegre, que é antiga. A UAMPA, que é a União das Associações de Moradores de Porto Alegre. Sempre tivemos uma relação por dentro dos movimentos então. Mas é uma cidade que tem, também tem uma área de 15 mil hectares de área rural e uma periferia enorme, de vilas e aglomerados urbanos irregulares, com o povo vivendo na pior das condições, sem transporte adequado, sem água, sem esgoto, sem escola, sem unidade sanitária, sem as praças, sem o lazer, a cultura, então nós fomos trazendo esses temas e colocando: bom, o que é que temos para nós atacarmos. Bom. Aí o povo dizia, não, mas eu quero saber... O povo dizia, mas eu quero saber... Bom. A receita é essa. Mas qual é a origem dessa receita? Bom, então tem que discutir estrutura tributária. Que bom! Que bom, o povo quer saber quem é que paga imposto. Quem impostos são? Quem paga, quem não paga, por que não paga. E a receita... O gasto. A despesa. Como é que o poder público gasta? Quanto é a folha de pagamento? Quem é que, na folha de pagamento, ganha mais, ganha menos? Como é que é isso? E as questões que já são indexadas, para a saúde, para a educação, para outras coisas, como é que isso tem que funcionar? Está certo assim? Ou tem que desbloquear? Nós temos que fazer outra coisa? Como é que é? Como é que é o grau de sonegação? E qual é a capacidade de eliminar ou diminuir a sonegação? Bom, isso virou discussão dentro do orçamento. E isso vai trazendo compreensão, para milhares de pessoas, de uma coisa séria. Evidentemente que não é para as pessoas se... digamos, essa compreensão não é para que as pessoas se acomodem – bom, mas então, a situação é essa, não dá mesmo para nós ter mais do que pode ser. Não. É como mudar essa estrutura. Qual é o processo de ir alterando a estrutura tributária, de ir organizando a administração fazendária para acabar com a sonegação e ir organizando a administração para acabar com o desperdício e ir tendo mais recursos para os investimentos, e quanto sobra para fazer mais esgoto, mais escola, mais... Então, foi um processo demorado, um desgaste grande, porque, às vezes, a gente errava os cálculos de como a máquina podia funcionar, em que tempo, para fazer as

obras que em tal região eram prioritárias e, depois, tinha que voltar para dizer erramos, não deu para fazer isso nesse tempo, com esse volume, os recursos têm que ser outros, então tem que tocar para lá para adiante. Mas o certo é que essa franqueza foi dando...

A. F. – Credibilidade.

O.D. – A credibilidade para o processo. Para o processo. Mas esse processo, infelizmente, não foi mais radicalizado como devia. Então eu acho que o orçamento participativo está apenas no seu início de experiência transformadora de controle público sobre o Estado, de assenhoreamento por parte da cidade de como funciona essa máquina, para, com esse conhecimento, poder alterar para melhor essa estrutura e direcionar um funcionamento que seja, não para acomodar interesses ou vontades pessoas, mas para... E num processo instigante de democracia participativa. A radicalidade democrática, eu penso, é o que pode acabar com a corrupção, com o desvio do dinheiro público, com o aproveitamento pessoal da máquina, com o favorecimento, com o nepotismo, com o enriquecimento ilícito na troca de favor. Quer dizer, é com radicalidade democrática que a gente pode acabar com isso na raiz. E eu acho que o orçamento participativo é um processo possibilitador disso. Mas, avançou bastante nesses seus primeiros tempos de implantação, mas depois ele foi, por erros nossos ou contingências, perdendo o vigor. E foi também, o projeto adversário foi se aproveitando para assumir determinadas coisas e tornando o orçamento participativo uma coisa meio institucional; queria, inclusive, criar uma lei própria para o orçamento, coisa que nós sempre nos opomos, para ele ser uma coisa sempre em construção, criativa, transformadora, provocativa da participação, do protagonismo. Bueno. O certo é que, também, uma concepção muito particular do orçamento como algo do PT ou algo da esquerda, quando é um processo, independente do PT ou de partidos da esquerda estarem na administração pública. Ele tem que ser uma ferramenta da cidadania para controlar o Estado, o governante, e em todos os níveis. Enfim, o exercício efetivo da política, de forma direta. Bueno. Eu acho que essa experiência, ela foi muito rica...

A. F. – E teve um impacto internacional.

O.D. – Por conta dessa riqueza, o Fórum Social Mundial, as suas três primeiras edições se realizaram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na época em que governávamos Porto Alegre e ao mesmo tempo o estado do Rio Grande do Sul. Então isso foi muito importante, acho que é uma experiência rica, nas suas contradições, nos seus limites mas nos seus

desafios, nas suas potencialidades. A experiência de realizar o orçamento participativo na dimensão do estado federado que nós fizemos no momento em que fomos eleitos governador, isso já em 98, e assumimos em 99, o estado com quatrocentos e noventa e seis municípios, o nosso projeto político governava quarenta e pouco desses municípios, evidente que cidades importantes, nucleadoras em regiões, mas a grande maioria dos municípios era governada por outras forças partidárias, com outra concepção, inclusive, anexaram esse nosso projeto; mas independente disso, nós conversamos sem discriminação alguma ou sem imposturas com todas as prefeituras, os prefeitos, as autoridades locais e pudemos realizar assembleias do orçamento participativo estadual em todos os municípios e em regiões e constituir o conselho estadual do orçamento participativo; com isso, deu para fazer muita coisa, embora a escassez de recurso e uma estrutura deteriorada de receita e estrutura fiscal do estado. E quando nós assumimos o estado, o estado estava num agudíssimo processo de privatização. E nós tivemos que retirar o estado desse corredor da morte, no que diz respeito à dinâmica do estado, das suas empresas públicas geradoras de energia, de recursos, fundamentais como insumo para o desenvolvimento, e ao mesmo tempo, também, democratizar a administração pública em todas as pontas, e lidar com essa questão da dívida pública, da relação com a união, da relação com os municípios, da relação com os credores particulares, privados, e os bancos internacionais. Bom. A relação do estado também com aquela região da América Latina, o Mercosul, o Uruguai, a Argentina, o Paraguai, e fazer isso na visão de que nós temos que executar uma política de relações internacionais nacional, não é o estado federado que define a política de relações ali, mesmo que façamos fronteira e tem que ter iniciativas, também, conjugadas nossas, mas temos que contribuir para que o Brasil tenha uma relação de outra qualidade na região e portanto, o estado do Rio do Rio Grande do Sul é um estado estratégico, pela cultura política mas também pela localização na região da América Latina. Então, para o nosso governo, governo com a origem do PT e a composição de esquerda, porque era uma frente popular...

M.M. – Isso que eu queria te perguntar. Tanto para a prefeitura como para o governo do estado. Outros prefeitos, até como o caso da própria Erundina, que foi prefeita de São Paulo e o governo dela na prefeitura acabou sendo muito complicado, ela teve muitos problemas com vários grupos internos do PT, com essas outras organizações que se abrigam dentro do PT. No seu caso, parece que esse problema não foi tão complicado; ou pelo menos

você teve sucesso seja na prefeitura, seja no governo estadual. Como era a relação com essas organizações, esses grupos no interior do partido?

A. F. – A luta interna do partido.

O.D. – É. O PT do Rio Grande não é... não é diferente do PT nacional. O que é bom. É bom que seja assim, é claro. Mas tem uma vida muito rica de debate e tem uma cultura política que também é (). Agora uma cultura política gaúcha, que ninguém, ninguém quer se omitir, ninguém quer ficar velado, ninguém quer ser mero observador. Uma montada de protagonismo muito grande. E isso, desde a formação do nosso partido lá, é uma característica muito grande, do protagonismo da base partidária e dessa compreensão que governo e partido não é a mesma coisa, mas que eles têm que ter imbricamento, sem o que nem um nem outro desempenha bem o seu papel. Então, nós constituímos, tanto na prefeitura como depois no governo do estado, espaços de relação permanente com o partido na discussão de políticas. Sempre há uma questão muito... digamos... complicada ou... exige muita sensibilidade a relação com o funcionalismo público.

M.M. – É. Pois é. Um problema complicadíssimo. Porque as demandas salariais são sempre muito maiores. E administrar significa você negar, dizer não muitas vezes para muitas pessoas.

O.D. – É. E não há como administrar o estado se não tiver um funcionalismo público profissional, capacitado, estimulado, com uma política salarial adequada. Bueno. O certo é que o peso do estado e a desorganização dele e o mau funcionamento é uma coisa inimaginável.

M.M. – Mas como é que você equacionou? Porque é um problema complicado, complexo. Muitos outros governantes não conseguiram isso.

O.D. – É. Na prefeitura, nós criamos uma comissão de negociação permanente com o funcionalismo público, então... Nunca se deixou para negociar somente na campanha salarial. Negociar o ano inteiro, condições de trabalho, políticas, cidadania – bom, o funcionário público tem que morar no bairro e tem que ter transporte, tem que ter saúde e tudo. Ele é cidadão. Ele também deve participar das reuniões do orçamento participativo. Tem as suas demandas, tem, como cidadão morador de bairro, que usa o transporte coletivo, o sistema de saúde e tudo. Então... Então não é só uma demanda para ele enquanto funcionário público.

Ele tem essa especificidade mas tem outras enquanto cidadão. Bom. Essa comissão possibilitava fazer discussões, nem sempre bem concluídas, enfim, mas necessárias e importantes para um amadurecimento de todos nós, não é. Porque nós não chegamos lá sabendo tudo nem com essa pretensão. Devíamos ir caminhando e aprendendo. No governo do estado, também, nós procuramos ter uma mesa de negociação. Mas aí é muito mais complicado, no estado, porque tem uma miríade de organizações do funcionalismo público mas não se relacionam com as outras. Então... E cada uma tem uma particularidade, este ou aquele benefício, do qual não abre mão. Tem uma estrutura de benefícios exagerados para poucos e de mau pagamento e péssimas condições de trabalho para a maioria. Bom. Tem que discutir isso. Procuramos discutir. Fizemos... Nos quatro anos de governo, nós não reajustamos os mais altos salários. Não retiramos nenhum direito. O reajustes automáticos, tudo bem. Mas percentuais de reajuste para os mais altos salários, não. E fomos... Isso tudo negociado. Não foi fácil. Teve greves. Mas greves que também... Nós nunca colocamos a polícia, nem na frente do Palácio, e muito menos, não é, fustigar os movimentos. Não tinha polícia na frente do Palácio, nunca, para proteger o governo. Não. Entendemos que é um espaço... Claro que tem que ser respeitado, assim como o governo tem que respeitar os movimentos. Mas para isso não precisa ser intermediado pelo braço armado, pela polícia, pela prepotência, pela repressão. Então, retiramos a polícia de qualquer relação com o mundo do trabalho e com a negociação e com os movimentos sociais. Bom. Nós elevamos o salário de quem ganhava menos e não reajustamos o salário dos que ganhavam muito. Eles não perderam nenhum reajuste de lei e automático, quinquênio, anuênio, essas coisas todas. Mas percentual de reajuste, não, por quê? Porque poucos ganhando muito e muitos ganhando muito pouco, se for dar um percentual de reajuste de, digamos, dez por cento para todos, tu aumenta as distâncias entre os poucos que ganham muito e os muitos que ganham pouco e não resolve o problema da estrutura administrativa, da qualificação do serviço e do estímulo a quem tem que ter; tem que subir, tem que se qualificar, para produzir mais e melhor serviço para a cidadania. Então isso, isso foi importante. Além do que, criar quadros, desobstruir caminhos no processo de promoção pela qualificação, pela dedicação, enfim, acabar com todo e qualquer processo de quem indica ou de favorecimento ou de esperteza. Isso foi ganhando, aos poucos, amplos setores do funcionalismo público, mesmo daqueles que nós não reajustamos o salário, que eram os de salários mais altos e na cúpula. Mas nós não resolvemos o problema, por exemplo, previdenciário, o IPE, o Instituto de Previdência do

Estado, que tem um problema seriíssimo: o número de trabalhadores aposentados é maior do que o número dos trabalhadores na ativa. O atendimento médico é bom e se autofinancia; mas, para pagar aposentadorias e pensões, começa a tirar dinheiro do serviço de atendimento médico e... portanto, é uma questão que tinha que e tem que ser resolvida. Encaminhamos, uma comissão tripartite, funcionários ativos, inativos, executivo, legislativo e judiciário, uma proposta para isto. Mas sempre teve... Na hora de ir para a discussão e votação, um dos poderes se separa porque não quer reduzir os privilégios que tem. Os mais altos salários não estão no Executivo, estão no Judiciário e no Legislativo. Bueno. O dinheiro vem do mesmo cofre, da mesma origem, que é o contribuinte, o cidadão, então... Isso é uma questão que não é só no Rio Grande, é uma questão no país. Lançamos um debate sobre isso. Eu penso que tem um número cada vez mais significativo de pessoas compreendendo que aí tem um novelo, que tem que ser desatado e não pode ser feito senão por partidos como o nosso ou partidos do campo democrático popular, e que façam isso sem colocar o estado sob o controle privado e os trabalhadores, desassistidos, cada um procurando o seu programa de saúde privado. Então são coisas desafiadoras. No entanto, nós tivemos demandas com o funcionalismo público em que o nosso partido junto com o PSB e o PC do B apoiaram firmemente o governo de ter essa política de – não, o reajuste vai ser diferenciado, quem ganha menos vai ter um reajuste maior dos que ganham mais, e os que estão na cúpula não têm o reajuste, sem perda de nenhum outro direito. Isso não é uma coisa fácil. O partido, no entanto, ajudou a construir e defendeu isso. E houve greve para que não fossem aprovadas medidas que foram sendo tomadas. Mas o partido nunca deixou de dar sustentação e apoio ao governo e, evidentemente, aperfeiçoando o que nós propúnhamos, criticando, e tendo também diferenças dentro do partido.

M.M. – Você falou muito do relacionamento do governo com os movimentos sociais e com o funcionalismo. E as tendências internas do PT? Como é que você gerenciou isso também?

O.D. – Olha, sempre tive uma posição de que as tendências são importantes, necessárias, desenvolvem um papel rico no debate da vida interna partidária, mas elas não podem ser maior que as instâncias partidárias. Portanto, toda a discussão das tendências, para ser apreciada pelo governo, elas têm que passar pelas instâncias partidárias. Então, a relação do governo não é com o dirigente desta ou daquela corrente interna, a relação do governo é

com a direção do partido, das instâncias partidárias. O debate das correntes se dá lá dentro do partido, das instâncias partidárias. Evidentemente que de lá, compor o governo, ver com que tenhamos os melhores quadros e mais representativos da pluralidade interna do partido, mas lembrando que nós não governamos sozinhos, governando com outros partidos, que também têm que estar compartilhando conosco a tarefa e a responsabilidade de governar. E... Bueno, a idéia republicana no Rio Grande é um negócio muito enraizado, forte. Quer dizer, não é só o PT. Tem um...

M.M. – Uma tradição.

O.D. – Tem uma tradição, tem uma cultura. E no PT isso é muito forte. Embora tenha também gente... bom, agora, somos nós que estamos no governo, vamos acomodar os interesses aqui e ali, o cargo para beltrano. Mas isso não é dominante. Esse debate é muito bom de ser feito, a idéia republicana, o caráter republicano, laico do partido, embora o respeito a todas as igrejas, credos, profissões de fé, assim como respeita a pluralidade e a diversidade interna mas, o respeito às estruturas que representam o coletivo, o sujeito coletivo partidário. Claro, nós tivemos os quatro anos de governo do estado, não nos reelegemos, eu penso que muito por conta de desacertos internos nossos, disputas internas, que foram para uma... nós chamamos uma... uma prévia, em que eu sendo governador, surgiu por dentro do partido a disputa de quem deveria ser o sucessor do nosso governo. Bueno. E o Tarso Genro, que era prefeito de Porto Alegre, fez essa disputa, abandonou a prefeitura, e nós não ganhamos o governo do estado; então foi uma dupla perda, porque foi uma perda política eleitoral e também da prefeitura, do governo do estado e uma certa... digamos, o povo ficou olhando, no mínimo desconfiado, para uma disputa que colocou mais importante o cargo do que assegurar a continuidade de um projeto, nas duas pontas, não é, que era no município e no estado. Eu não estou dizendo que se fosse eu o candidato nós teríamos ganho fácil. Evidente, nós estávamos sob cerco permanente em nosso governo, não é. Mas tínhamos condições de afirmar aquele projeto. Os quatro anos de governo nosso, da frente popular, PSB, PC, movimentos sociais, resgataram para o Rio Grande um protagonismo que ele vinha perdendo no passado. E a economia do Rio Grande cresceu acima da média nacional. O PIB do Rio Grande. E a renda per capita do estado também. Significa que não houve só um crescimento econômico, mas uma melhor distribuição dessa riqueza gerada. Tanto o PIB agropecuário quanto o PIB industrial, todos eles, o PIB geral do estado, cresceram, no nosso

período, acima da média nacional, saindo de um período de estagnação, que era de 0,7%, durante todos os anos e anos dos governos que nos antecederam, com apenas um hiato pequeno, que foi o governo do Collares. O governo do Collares... Eu sempre digo para o Collares: “Collares, se a frente popular tivesse sucedido o teu governo, o Rio Grande não teria ido para o brejo que foi com o tsunami do Brito”, pelo processo de desmonte do estado e depois esses governos que dali vieram, tentou retomar um processo neoliberal e que não valoriza a base industrial do Rio Grande, a sua riqueza, a sua diversidade, e busca atrair grandes estruturas empresariais de fora da região e até do país, que levam de roldão a micro e a pequena empresas, fazem descaso das vocações locais e regionais, diversas e ricas, do Rio Grande. Então nós tivemos, nesses quatro anos, uma retomada de um desenvolvimento sustentável e com melhor distribuição de renda; criamos um salário-mínimo regional... Lembram que o Fernando Henrique não quis fazer a discussão do salário-mínimo nacional e jogou para os governos estaduais que resolvessem. E nós não fugimos. Bom, aqui, nós estamos tomando medidas que a economia do estado está crescendo acima da média nacional, portanto o salário-mínimo regional tem que ajudar a distribuir melhor essa riqueza. Foi uma discussão, evidentemente, com o movimento sindical e popular apoiando, e mesmo com uma oposição enorme na Assembléia, isso foi aprovado. Foi o maior salário-mínimo regional do país na época e no período. Criamos um... também, além do orçamento participativo estadual e mantendo o processo de participação e de protagonismo enorme, independente dos partidos políticos que governavam as prefeituras, respeitando a relação federada estado federado, poder local, município, prefeitura, e também trabalhando com os COREDES, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, que foram importantes por dentro do orçamento participativo das assembleias regionais, para estabelecer a relação entre o local e o regional, entre temas como desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da infra-estrutura, da educação, das políticas sociais para as pessoas portadoras de deficiência, para os idosos, para os negros, a questão de gênero, a questão dos quilombolas e dos povos indígenas, tudo isso, tivemos políticas objetivas, concretas, construídas com protagonismo. Além de começar lá um projeto que depois o Lula, no governo federal, estendeu na dimensão nacional: o seguro agrícola, seguro agrícola para a agricultura de economia familiar vai se viabilizar, um programa de moradia digna, não só para as famílias de renda modesta no espaço urbano mas também na área rural, a luz no campo, que depois o Lula colocou na dimensão nacional, o Luz para Todos, chegando com a luz nas distâncias maiores, onde famílias com pessoas de quase cem

anos sem ter acesso a energia, que passaram a ter. Isso dinamiza a economia da região, qualifica a vida das pessoas. Investimentos em ciência e tecnologia. Mapeamos o potencial eólico do Rio Grande e começamos o projeto de gerar energia com a força dos ventos. E hoje, o governo Lula pôde, por conta que nós já tínhamos mapeado e começado os projetos, quatorze projetos, financiar um parque eólico na cidade de Osório, importante. Nós também trabalhamos a matriz energética. Recuperamos uma empresa, que era a Sul Gás, que estava na latinha de privatizações, e essa empresa, nós conseguimos trazer o gás da Argentina pelo sul, por Uruguaiana, o gás da Bolívia, que entrou, fizemos ele chegar na Serra e na própria Porto Alegre, com o uso do gás combustível para... E redes, trezentos e tantos quilômetros de rede, graças à recuperação de uma empresa pública, que era essa Sul Gás, que estava para ser privatizada. Então foi um processo de retomada do desenvolvimento. E o estado passou a ser o segundo maior exportador do país. Ele vinha sendo terceiro, terceiro, sendo quarto, durante o nosso período todo, passou a ser o segundo. Também, a universidade pública estadual foi também criada no nosso governo, uma discussão que vinha de dez anos atrás, com a vocação do desenvolvimento regional, estimular as forças produtivas, os sistemas locais de produção, gerando conhecimento, ciência, tecnologia, abrindo oportunidade para a juventude das regiões ter esse acesso a escola pública de terceiro grau de qualidade, depois aplicar os conhecimentos no desenvolvimento da região. Então eu penso que foi uma experiência rica, instigante, desafiadora, que nós não tivemos condições de fazê-la prosseguir num segundo mandato consecutivo, como fizemos acontecer na prefeitura de Porto Alegre, onde nós pudemos nos suceder a nós mesmos por quatro anos.

A. F. – Não teve a oportunidade de ter continuado isso com um governo federal favorável.

O.D. – Isso. E com o governo federal favorável, imagina o que poderíamos trabalhar, de forma conscienciosa e sintonizada, sem subordinação e sem prejuízo da relação federada ativa, qualificada, se déssemos prosseguimento ao nosso projeto lá no Rio Grande com o mandato do companheiro Lula na presidência da República. Bom. É uma questão.

A. F. – E depois temos a experiência no ministério, no Ministérios das Cidades.

O.D. – O Ministério das Cidades, essa idéia de uma política nacional para o espaço urbano brasileiro vem de longe, de antes da Constituinte. Desaguou na Constituinte. O Foro Nacional de Política Urbana, os movimentos sociais conseguiram trazer para a Constituinte,

que colocassem isso. E o governo Lula, o nosso governo, evidentemente, tinha o compromisso de criar instrumentos para executar, propor e executar uma política nacional de desenvolvimento urbano, e o instrumento, a ferramenta foi a criação do Ministério das Cidades. E eu fui honrado pela convocação do Lula para ser o primeiro ministro, com base na experiência que a gente acumulou, não é, como prefeito, depois como governador, nas questões urbanas. Bueno. Nós tratamos, a nossa equipe, Ermínia Maricato, a Rachel, Heloísa, Lurdes, todo o nosso povo lá, de consolidar o que já tinha, o movimento, a legislação, o debate, já ver como dar consistência e avançar na idéia de que o... os mais de cinco mil municípios brasileiros, a maioria deles com população não superior a cinco mil habitantes, duzentos e poucos municípios do Brasil concentram setenta por cento da população brasileira, umas três ou quatro regiões metropolitanas onde há problemas seriíssimos, que todos nós conhecemos, como trabalhar realidades tão distintas e tão complexas, não é, sem seccionar, sem esfarinhar recursos e como, também, garantir uma visão integrada e integradora, com protagonismo da população. E sem estigmatizar os empresários; mas dando oportunidade para quem nunca teve vez e voz nessa construção de política nacional urbana, que são os movimentos sociais, os moradores de bairros desassistidos da periferia, de vila, a maioria na irregularidade, não constando do mapa dos municípios, das cidades, milhões de pessoas em palafitas. Não aqueles que moram no interior do nosso Rio Grande, particularmente da Amazônia, que vivem do rio, da pesca e moram ali, mas aqueles que moram nos espaços urbanos conflituosos, desassistidos, ignominiosos que são, morar em cima do esgoto aberto, sem saneamento, sem água, sem nada, e são milhares de famílias. Ter políticas para isso. Política para organizar o espaço urbano sem estabelecer uma diferença ou um contraponto – o urbano e o rural. Como ver essa relação de forma harmoniosa e tal. Tudo isso nós fizemos, primeiro, desencadeando um processo de assembléias, para constituir o Conselho Nacional de Política Urbana via processo de assembléias nos municípios, que fossem discutindo essas questões, sem fugir das especificidades locais, regionais, mas articular com uma visão de nação, de país, de recursos, de articulação entre os entes federados enfim. Fizemos conferências. Então, o primeiro ano, 2003, foi marcante pela realização de conferências nos municípios, na regiões; e a Conferência Nacional das Cidades no final do ano de 2003. E não, de longe, propormos, de cima para baixo, estipular conselhos municipais. Mas entendemos que isso é necessário, é fundamental que tenhamos os conselhos municipais das cidades, porque as coisas acontecem

ali onde nós moramos, no município, na cidade, na sua área rural. Nós não impusemos uma legislação de cima para baixo. É uma posição aberta. E os movimentos sociais, por dentro do Conselho Nacional das Cidades, têm que ir... na relação, também, que tem que ter com o poder local. As prefeituras, os prefeitos, os homens e mulheres que são eleitos, independente dos seus partidos, têm compromissos com o processo democrático de construção de um espaço urbano que possibilite que o Estatuto das Cidades, que é lei desde 2001, possa ser executado; e a cidade deixe de ser um espaço de total desigualdade, em que poucos têm quase tudo, e têm de viver fechados, encarcerados, para se cuidar dos milhões de pobres, desassistidos, humilhados e ofendidos, que vivem no espaço da informalidade indo buscar de qualquer forma meios de subsistência. Então é um problema seriíssimo. Nós tivemos, claro, um diálogo com as entidades internacionais, com a discussão por dentro do governo nunca indo a fundo o suficiente, mas com uma irradiação, um entendimento desse problema grande no conjunto do governo, e eu penso que, agora, o presidente Lula está tendo condições de uma execução melhor de uma política para o espaço urbano, com recursos mais vultosos e tal. Agora... a execução disso é outra questão. Como fazer isso acontecer no real, com protagonismo das pessoas?

A. F. – Mas houve alguns obstáculos importantes que esse trabalho da gestão do Ministério foi ajudando a indicar que tinham que ser removidos. Eu lembro a questão da Caixa Econômica Federal não podendo liberar o dinheiro para o saneamento porque...

O.D. – Ah! sim, claro. E tem uma relação também internacional. Os mesmos países e órgãos internacionais que decidiram sobre as metas do milênio, e o Brasil tem compromissos de reduzir digamos acentuadamente o número de moradias indignas que temos no país, de população sem água potável e sem saneamento, por conta do compromisso com as metas do milênio, decisão dos países unidos pela ONU e das instituições financeiras que têm caráter de financiar. Ocorre que os mesmos que decidem isso são os mesmos que, via as organizações financeiras, ao financiar obras, por exemplo, de saneamento, esse financiamento obtido pelo país conta depois para o endividamento, quer dizer, faz parte de um... é uma dívida que vai se acumulando. Então, com isso, o país que precisa, para qualificar a vida do seu povo, acessar esses financiamentos para somar aos recursos que ele deve amealhar nos seus próprios três orçamentos nacional e federal, se vê diante de um processo de endividamento impagável, com um juro que ele acaba pagando juro e não paga o corpo da dívida. Então nós discutimos

dentro do governo, propomos, defendemos em fóruns internacionais que os gastos decorrentes de aplicação de recursos públicos, seja de orçamentos públicos ou seja de financiamento, em saneamento, moradia digna para as populações de renda mais modesta não fossem considerado por essas instituições internacionais como dívida mas como investimento e na coisa mais substancial que é na qualificação de milhões de seres humanos. Bom. Isso é uma luta. O Lula tem feito discursos nos fóruns internacionais, tem acentuado esta questão, tem feito essa demanda, tem alertado para essa nova conduta que têm que ter tanto os países quanto os organismos financiadores dessas ações para atingirmos as metas do milênio. Bom. Nós tínhamos estruturas também, na Caixa Econômica Federal, no BNDES, limitadoras de financiamento para os entes públicos, particularmente as prefeituras. Bom. Evidentemente que não pode se largar dinheiro assim sem controle, sem ver se ele vai para a finalidade que deve ser. E daí, por isso, os conselhos municipais, o protagonismo das pessoas. Não é fácil isso. Tem muito prefeito e lideranças locais e tal da velha política que...

M.M. – Manipulam.

O.D. – Manipulam. Não querem controle. E o controle formal é o controle que eles driblam. Por isso que, além do controle formal, tem que ter o controle social, controle do protagonismo via os conselhos e tal. Mas independente disso, quando se cria essa cultura dos conselhos e eles vão existindo, sendo construídos, é preciso também mexer naquilo que está, na burocracia, impedindo ou limitando ou interrompendo um processo, tanto na Caixa quanto no BNDES. O Fundo de Garantia, por exemplo, é um recurso que ia para a Caixa para a Caixa financiar moradia para famílias com recurso acima de cinco salários-mínimos. Ora, não é dessa faixa para cima em que está o maior déficit habitacional. O maior déficit habitacional está nessa faixa para baixo, então nós introduzimos uma medida, uma resolução (460) que possibilita, redireciona os recursos, facilita, inclusive, também acesso para prefeituras e acesso para os próprios movimentos sociais, sempre com o papel do município sendo reconhecido e valorizado. Porque essa é uma relação federada. Não é por que o município seja governado por um partido adversário que nós vamos desconsiderar. Não. É parte da estrutura da democracia e da visão da relação federada e do respeito à coisa pública articular os entes federados, união, estados e municípios, e essa articulação está permeada pelo protagonismo social, portanto com a possibilidade dos conselhos municipais das cidades, conselhos estaduais abertos a uma intervenção constante e garantir que essa política

vá acontecendo. Eu acho que a sementeira foi boa, mas o Ministério das Cidades ainda tem muito para se consolidar. Para se consolidar. Acho que não é só uma questão de direcionar recursos. É uma questão de ver a política pública ou a política para o espaço urbano brasileiro. Quer dizer, é bem verdade que o município não é só a área urbana. O município é a relação cidade – campo. Então um projeto como o que já está andando, de moradia digna, tanto na área urbana quanto na área rural, para as famílias mais modestas, já é uma idéia que tem a ver uma coisa com a outra. E tem, claro, uma questão da infra-estrutura da cidade, a mobilidade urbana, o sistema de transporte; e aí vem os setores privados são permissionários de serviços, as obras públicas com enorme necessidade de investimentos, de metrô, de sistemas de veículo sobre trilhos ou coisa que valha. Tudo isso é uma questão que não pode ser feita apenas reunindo os grupos de interesse. Isso tem que passar por uma construção, também, num plano diretor, daí o plano diretor participativo. Nós temos um programa no Ministério das Cidades, para possibilitar uma discussão da cidadania sobre o espaço urbano, a sua organização, a sua projeção, a sua recuperação. É uma coisa, digamos, apenas germinando; mas está lançada a semente. Eu acho que a experiência no Ministério das Cidades foi uma experiência, não minha, pessoal, foi uma experiência de uma visão e de um projeto, também, de um grupo considerável de pessoas e do movimento social comunitário, que foi protagonista do processo de construção das conferências e protagonista da construção do Conselho Nacional das Cidades; e o movimento social integra o Conselho Nacional junto com os setores empresariais, evidentemente, que estão lá o representante da indústria da construção civil, representantes dos setores que financiam, tanto do setor imobiliário quanto do setor dos bancos privados, que usam dinheiro da poupança. Aliás, nós também mexemos nessa questão. Porque o dinheiro... Os bancos privados são os que têm maior volume do dinheiro da caderneta de poupança. É um dinheiro que chega para eles gratuito. E eles investem em taxas de juros diferenciadas e ganham muito dinheiro com um insumo que vem para eles de graça. E aí, a classe média, a indústria da construção civil tinha que recorrer ao FGTS para obter financiamento para construir moradia, como já disse, para aqueles que podem dar retorno, que eram as famílias com renda acima de cinco salários-mínimos, onde não está o maior percentual do déficit habitacional. Então nós criamos, e discutimos com o Congresso, uma lei que mexeu também com o Banco Central. Me lembro bem, Palocci e o Meirelles tiveram que entrar nessa política porque o presidente diz não... Os bancos privados estavam numa situação cômoda, que eles pegavam o dinheiro da caderneta de poupança e

colocavam em depósito compulsório no Banco Central. Bueno. Então, não investiam, não arriscavam, e tinham remuneração de um recurso que é para moradia, deixando ele imobilizado no depósito compulsório. Aliás, exigência do Banco Central. Bom. Mas esse dinheiro, tem que diminuir o percentual desse depósito compulsório e liberar para investimento, dinheiro da caderneta de poupança. Então, esse dinheiro pode ir para financiar moradia das famílias com renda superior a cinco salários-mínimos. E aí o dinheiro do Fundo de Garantia vai ficar concentrado para financiamento da moradia digna para as famílias com renda abaixo disso. E isso foi conseguido. São mais de vinte bilhões de reais que, agora, a indústria da construção civil pode obter no sistema financeiro privado para a construção civil, para construção da moradia que é necessário para atender o mercado, a moradia de mercado, enquanto a moradia social é atendida por recursos públicos e em especial do FGTS.

A. F. – Olívio, acho que para a gente encerrar, a campanha ao governo do estado o ano passado, junto com a campanha pela reeleição do Lula, é uma campanha que vem num momento muito difícil para o partido, com toda a crise que atingiu o governo e o PT particularmente. E lá no Rio Grande do Sul, porque o estado tem essa tradição republicana forte, então a crítica da opinião pública é muito intensa, mas ao mesmo tempo, até observando a evolução da candidatura e a ida para o segundo turno, mostra a capacidade, também, de resgatar um pouco dessa herança; o que já aponta um pouco até para o debate atual do partido no Congresso sobre como enfrentar a realidade. Eu queria que falasse um pouco sobre essa experiência de começar a campanha o ano passado naquele contexto de fogo cerrado em cima do PT, de desgaste, e o que é que se conseguiu resgatar durante a campanha, como é que isso pode influenciar até os rumos do partido.

O.D. – É. Eu penso que a campanha nossa nacional e até por conta do segundo turno, que acabou sendo muito positivo que tivesse o segundo turno, porque a nossa candidatura e o governo Lula pode estabelecer uma diferença mais nítida do nosso projeto com a candidatura adversária – a questão do Estado, a concepção dele, o controle sobre ele, as políticas sociais na relação com as políticas econômicas, o desenvolvimento sustentável. Eu acho que a campanha no nível nacional teve esse desdobre importante, principalmente por conta até dessa disputa que se desdobrou no segundo turno e exigiu mais nitidez. E o Lula foi firme nisto. Nós tínhamos um quadro muito adverso, não é, por conta do que aconteceu conosco, com nosso partido. E a cultura política do Rio Grande, essa questão da idéia republicana e

que os acontecimentos no nosso partido ou figuras do nosso partido tinssem essa idéia do partido, partido que respeitasse mesmo a coisa pública, que não negociasse coisas como se negocia na política tradicional, favores, cargos, enfim. Coisas que, evidentemente, eu penso, o sujeito coletivo partidário PT não cometeu isto, mas as instâncias nossas se afrouxaram, se flexibilizaram e, por conta disso, tivemos comportamentos e condutas que feriram seriamente um cabedal político e princípios do nosso partido. Bueno. Isso, no Rio Grande, tem um peso enorme. Não só entre nós petistas, mas na cultura política republicana. E os nossos adversários, que têm os pés atolados na política do clientelismo, do favoritismo, do toma lá, dá cá, da concentração de poder e de riqueza na mão de poucos, aproveitaram-se dessa circunstância para nos... tentar nos cercar e nos triturar. Bueno. Mas nós furamos esse cerco, exatamente por conta de uma campanha que trabalhou os valores fundamentais, fundantes do nosso partido, trabalhou os valores da política e da visão republicana nossa, PT e gaúcha e brasileira, e trabalhamos também, evidentemente, com humildade, sem submissão, sem falsidade, os erros cometidos, os equívocos. Não sombreamos nada, não tergiversamos, não fizemos nenhuma concessão a qualquer conduta errada; mas também não saímos a acusar o fulano ou beltrano, no jogo da direita, o jogo do personalismo, da individualização. Então eu acho, foi uma campanha em que nós defendemos um projeto para o Rio Grande, sintonizado com o projeto para o Brasil, e quanto seria importante termos um governo, no Rio Grande, que recuperasse o governo que a frente popular tinha feito de 99 a 2002, e agora sintonizado com o que o Lula poderia fazer de bom e de melhor em cima do que já tinha feito no seu primeiro mandato, e o Rio Grande e o Brasil seriam beneficiários de tudo isso. Nós centramos um debate de idéias, de propostas. E a visão, também, do estado, do seu funcionamento, do controle público eficiente sobre ele, mas protagônico, participativo. E com isso, eu penso, nós quase ganhamos a eleição. [ri] Quase ganhamos a eleição.

M.M. – É verdade. Foi uma virada, não é. Começou numa situação bastante crítica...

O.D. – É. Claro, no segundo turno. Começamos... Claro, houve também distensões dentro do PMDB. O governo, que era do mesmo grupo de... o PMDB e o conjunto de partidos, lá no Rio Grande, de centro-direita, eles, no final do mandato do governador Rigotto, abriram disputas internas e pessoais entre eles. E isto fez com que, no primeiro turno, esse campo que governava o estado saiu com candidaturas diferentes. Nós também, na

esquerda, não tivemos, no primeiro turno, o PT junto com o PSB, por exemplo. Mas não é a primeira vez. Já em outras ocasiões também, o PSB se omitiu, e depois nós...

M.M. – Aglutinou.

O.D. – É. Fazíamos, como fizemos, uma correta aglutinação, um reforço para o segundo turno e tal. Mas ocorre que a concepção desse campo político que vem se auto-sucedendo no Rio Grande há vários mandatos e que foi interrompido uma ocasião pelo Collares, que depois se compôs também com esse campo, mas que foi interrompido efetivamente pelo nosso governo de 99 a 2002, a concepção política desse campo, ela está se esvaindo. É um projeto político que já não tem mais o que dizer, o que mostrar. E o Rio Grande vem sofrendo com isso porque, também, nós, o campo da esquerda, não pudemos dar continuidade àquele projeto iniciado, para ele ter maior radicalidade e maior abrangência. Então eu penso que esse campo político se recompôs entre si e elegeu a atual governadora Yeda Crusis, mas, no meu entendimento, é um canto de cisne desse projeto neoliberal privatizante, que não tem mais condições de dizer explicitamente que quer privatizar o estado, esse discurso está soterrado, até por conta da nossa postura, em particular, lá no Rio Grande, do nosso governo, então... Mas se, efetivamente, é o canto de cisne, isso vai depender também da nossa postura como um partido e um campo de oposição a esse projeto lá no Rio Grande agora, e de respaldo e de reforço ao nosso governo ao nível nacional. Como trabalhar essa questão na relação direta com o Rio Grande, com seu povo, nas suas potencialidades e os seus problemas. E eu estou diante desse desafio porque eu sou o presidente estadual do Partido do Trabalhadores até o ano que vem. Então nós temos possibilidade de retomar muitas prefeituras mas retomar com um projeto revigorado, para ir mais adiante naquela radicalidade democrática do orçamento participativo e do desenvolvimento sustentável, com protagonismo cidadão; mas, e ao mesmo tempo respaldar e reforçar o governo federal, não só na relação que ele tem com o estado e importante, que tem que ser permanente qualificado e reforçado, mas porque é um projeto para o Brasil, para um país nação. E a importância da relação que o nosso governo tem no mundo, em particular aqui na América Latina, nessa conjuntura. Então, é um quadro importante e desafiador para nós, com as experiências que já tivemos, da experiência rica que estamos tendo a nível federal com o segundo mandato, mas é também desafiador porque a máquina pública ainda não foi suficientemente sacudida para funcionar com a outra lógica, que é a lógica de um

projeto de sociedade diferente. Eu acho que nós temos que tratar de semear essas possibilidades de que o Estado brasileiro passe, num processo, a funcionar bem não para poucos ou para alguns, mas funcionar bem e melhor – para todos mas em especial para quem mais precisa. Então, há que mexer em estruturas desse Estado. Evidentemente não com arrogância, prepotência e hegemonismo, mas num processo, e com medidas e condutas que despertem a cidadania para essa necessidade e para essa possibilidade. O Estado brasileiro tem que estar sob controle da sociedade brasileira. E tem que funcionar com eficiência, sensibilidade, numa lógica diferente dessa que tem funcionado nos quinhentos e tantos anos da sua formação. Então, não é para um mandato nem para dois, mas para um partido que tem um projeto estratégico; e uma vez chegando nas institucionalidades, seja em câmara de vereadores, assembleias legislativas, prefeituras, governos estaduais, congresso nacional, governo federal, possa ir instigando, assumir-se no povo como sujeito, e não objeto da política. É isso que, tenho certeza, desencadeia um processo, reforça, faz esse processo ir mais fundo e com a necessária radicalidade democrática. Mais democracia, mais participação, mais envolvimento consciente das pessoas na discussão da política e de políticas, na fiscalização e acompanhamento da execução dos programas.

M.M. – Bom. Eu acho que são várias coisas, a gente poderia continuar conversando com o senhor... enfim, sua trajetória tem tantos aspectos. Mas como o senhor tem que ir embora...

O.D. – Diga uma coisa que tu achou que não ficou ainda...

M.M. – Eu acho que algumas coisas de lá de trás, a gente podia, talvez, ter trabalhado um pouco com a sua atuação como presidente do PT, que a gente passou batido, ex-presidente nacional do PT, a própria campanha do Lula de 89. Enfim. Mas o tempo é curto e... Se o senhor vier um outro dia ao Rio e quiser complementar essas coisas, nós estaremos aqui à disposição. Mas como a gente tem esse premissa de finalizar, ter uma entrevista para ter no livro, então nós...

A. F. – Não. Eu acho que tem bastante coisa. Claro que, também, as entrevistas, elas vão se complementando.

M.M. – Mas a gente agradece muito a sua vinda aqui. Foi um grande prazer tê-lo aqui conosco.

O.D. – Para mim também foi muito prazeroso e instigante. E eu agradeço a disposição de vocês e o convite que me fizeram. Que bom que eu pude estar aqui. Porque eu vim a São Paulo, aquele Centro Acadêmico Onze de Agosto, uma certa atividade dos calouros, não é, e entre uma das atividades...

M.M. – O senhor vai falar lá.

O.D. – Eu já falei lá. E sobre o orçamento participativo. Mas ele me pediu um foco prático da coisa, porque lá, o Centro Acadêmico, também quer () o orçamento participativo (). E aí eu digo, bom, então aproveito..... *(praticamente inaudível o final.)*

[FIM DO DEPOIMENTO]